



2024

RELATÓRIO TÉCNICO

102

Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o
SUS: para alcançar o acesso a saúde universal.

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	102		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o SUS: para alcançar o acesso a saúde universal.		
Objeto do TC:	Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o SUS.		
Número do processo:	25000.005331-2018-02	Número do SIAFI:	
Data de início	20/03/2018	Data de término:	19/03/2028
DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$60.000.000,00
TA:	2	prorrogação	R\$0,00
TA:	3	recurso	R\$137.130.000,00
Valor Total no TC:			R\$ 197.130.000,00
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE			
Área técnica	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS)		
Responsável:	Isabela Cardoso de Matos Pinto		
Endereço:	Ministério da Saúde Esplanada dos Ministérios Bloco G Brasília-DF / CEP: 70058-900		
Telefone:	(61) 3315-2224	E-mail:	isabela.pinto@saude.gov.br
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS			
Área técnica	Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde e Capacidades Humanas para Saúde (HSS)		
Responsável:	Julio Pedroza		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61) 3251-9499	E-mail:	pedrozajul@paho.org

2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação 102 tem por objetivo o “Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde para o SUS: Para alcançar o acesso e a saúde universal”. Ele vem consolidar a parceria, iniciada no ano de 2000, entre OPAS/OMS e Ministério da Saúde, através dos Termos de Cooperação (TC) nº 08, 41 e 57 (este último teve vigência até o ano de 2018). A execução destes TC demonstrou uma incidência no desenho e implementação de ações estratégicas para o desenvolvimento das políticas de Recursos Humanos na Saúde (RHS). Estes antecedentes justificaram a importância de se formular um novo projeto que permita manter e aprimorar as ações geradas pelos referidos TC e que constituem eixos que impulsionam as políticas em desenvolvimento na gestão do trabalho e da educação na saúde necessários para a implementação efetiva do SUS.

Os princípios e diretrizes constitucionais estabelecem à Saúde no Brasil como um direito a ser garantido pelo Estado e instauram o Sistema Único da Saúde (SUS) como o meio para garantir o acesso universal à saúde para a população brasileira. A construção do SUS é um processo que se constitui em uma complexa dinâmica de relação e acordo social sobre as demandas da população em saúde, os avanços técnicos científicos e as inovações em saúde, a disponibilidade orçamentária, a capacidade efetiva de gestão, entre outros elementos que em seu conjunto definem a resposta do estado às necessidades da saúde no país. O presente projeto aborda o desenvolvimento de políticas públicas de saúde que garantam a capacidade de resposta na área de Recursos Humanos para o SUS.

Os avanços do Brasil no campo de RHS têm sido impulsionados pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, do Ministério da Saúde (SGTES/MS), que é responsável pela formulação e condução de políticas nacionais de gestão do trabalho e da educação na saúde, implementadas por meio de um conjunto de programas estratégicos desenvolvidos em coordenação com os níveis estaduais e municipais, bem como, com instituições acadêmicas, de pesquisa e de desenvolvimento social, característica singular que responde a um dos princípios do SUS: a gestão descentralizada e baseada na autonomia dos diferentes níveis de gestão.

A Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação da Saúde (SGTES/MS), por meio de seus Departamentos, centram esforços para o enfrentamento de grandes desafios objetivando contribuir com a qualificação dos serviços de saúde no país, através da inserção dos trabalhadores. E estes trabalhadores devem ser bem formados, em quantidade suficiente, distribuídos equitativamente e com as capacidades adequadas, de acordo com as necessidades de saúde da população.

As políticas desenvolvidas para o campo dos Recursos Humanos em Saúde, nos últimos anos buscam assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, estabelecendo à função da gestão do trabalho e da educação a responsabilidade pelo planejamento, distribuição e qualificação dos trabalhadores, assim como, pela organização do processo de trabalho em saúde. A tendência do país é seguir investindo em estratégias de provimento, fixação e qualificação dos profissionais da saúde aliadas ao desenvolvimento de ações de educação permanente para responder às necessidades de saúde da população, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

No atual contexto social e político do Brasil, os grandes desafios da política de Recursos Humanos em Saúde são:

- a) Manter uma taxa crescente de investimento na alocação e distribuição de Recursos Humanos que diminua as lacunas e atenda ao objetivo de saúde universal (investimento e desenvolvimento social);
- b) Efetivamente influenciar as tendências sustentadas de concentração da força de trabalho em saúde nas áreas urbanas, nos níveis de alta complexidade, o trabalho fragmentado entre os diferentes níveis da rede e o incremento na capacidade resolutiva do sistema com foco na qualidade (Planejamento e gerenciamento de trabalho);
- c) Estabelecer mecanismos eficazes para democratizar a oferta educacional em saúde, garantir a qualidade, avançar na formação Interprofissional e 4 valorizar a formação em Atenção Primária em Saúde (APS), com ênfase na saúde da família como base para sistemas de saúde resilientes (negociação para fortalecer a governança).

Em Janeiro de 2023 foi publicado o Decreto nº 11.358 com a nova estrutura regimental do Ministério da Saúde onde a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) passa a ter as funções e estrutura conforme descrito abaixo:

Cabe a SGTES:

- I - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- II - coordenar a regulação do trabalho na área da saúde;
- III - coordenar a Mesa Nacional de Regulação e Negociação do Trabalho no SUS;
- IV - elaborar, planejar, propor, coordenar e acompanhar a execução da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e das ações de formação e desenvolvimento profissional para a área de saúde;
- V - promover experiências inovadoras em gestão, educação e trabalho na área de saúde;
- VI - planejar, coordenar e apoiar as atividades relacionadas ao trabalho, à educação, à integração ensino e serviço e à organização da gestão da educação e do trabalho na área de saúde;
- VII - estabelecer e incentivar parcerias entre as instâncias gestoras do SUS;
- VIII - planejar e coordenar ações de integração e aperfeiçoamento da relação entre a gestão do SUS, no âmbito dos entes federativos, relativas aos planos de formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde;
- IX - cooperar, coordenar e participar, no âmbito nacional e internacional, de discussões relacionadas à gestão e à regulação do

trabalho e da educação na saúde;

X - executar ações de planejamento, dimensionamento, monitoramento e avaliação da força de trabalho na área da saúde, baseada na avaliação situacional de saúde da respectiva região;

XI - pesquisar e desenvolver metodologias de sistematização dos dados e das informações da área da saúde, disponíveis nos sistemas de informações oficiais das três esferas de governo e de suas instituições parceiras e colaboradoras;

XII - monitorar a utilização dos serviços do SUS como campo de prática para utilização acadêmica dos processos de graduação e pós-graduação; e

XIII - propor a criação e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de certificação de competências profissionais, com vistas à regulação dos processos de trabalho e de educação permanente em saúde.

Para responder a estes desafios é fundamental manter na gestão governamental a produção participativa de diretrizes nas áreas de política, planejamento, informação, gestão e regulação do trabalho e gestão da educação que permitam responder oportunamente as demandas da população em matéria de saúde. Quatro indicadores centrais se identificam como metas do projeto em matéria de recursos humanos: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade dos recursos humanos para o SUS.

Neste sentido a OPAS/BRA, conjuntamente com a SGTE/MS, busca por meio deste TC 102, contribuir para fortalecer a construção de capacidades e formação de perfis profissionais necessários a consolidação do SUS, enfrentando os desafios das políticas públicas nas áreas de gestão do trabalho e educação na saúde.

3. 1º SEMESTRE DE 2024

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	TA3/RE1: Apoiar a instituição da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, visando à integração e ao aperfeiçoamento da relação entre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) nos níveis federal, municipal e no Distrito Federal, no que se refere ao planejamento da formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada; 2. Mecanismos de dialogo técnico politico de alto nível em funcionamento; 3. Todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde fortalecidas nas áreas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; 4. Sistema de informação da força de trabalho do SUS integrado, descentralizado e implementado; 5. Metodologia de monitoramento e avaliação do avanço das políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde elaborada e implementada.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. 100% da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada; 2. Funcionamento do sistema de informação da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; 3. Ter espaços intersetoriais de formulação e execução da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde ativos; 4. Fortalecer as ações nas áreas de gestão do trabalho e da educação na Saúde nas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (de Saúde); 5. Contar com uma referência nacional para o monitoramento dos avanços da política de gestão do trabalho e da educação na saúde	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Nesse 1º semestre 2024 foi dada continuidade ao apoio a realização das atividades dos apoiadores institucionais nas etapas das conferências municipais e estaduais de gestão do trabalho e da educação na saúde, em todo território nacional, preparatórias para a 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (4ª CNGTES). Estes apoiadores estiveram, junto com os Conselhos de Saúde, na articulação e mobilização dos estados, dos municípios e das instituições de ensino e de pesquisa que discutem o campo da gestão do trabalho e da educação na saúde.

Destaca-se que as conferências nacionais de recursos humanos foram realizadas nos anos de 1993, 1996 e 2006. Os debates em torno das Conferências de Recursos Humanos em Saúde/Gestão do Trabalho e Educação na Saúde subsidiaram as pautas assumidas pela SGTES, na sua criação em 2003.

A 4ª CNGTES acontecerá no período de 10 a 13 de dezembro, cujo tema é “Democracia, Trabalho, e Educação na Saúde para o Desenvolvimento: Gente que faz o SUS Acontecer” como caminho para a visibilidade das trabalhadoras e trabalhadores do SUS, bem como da luta por seus direitos no trabalho e realização do trabalho que atenda às

necessidades da população usuária, reconhecendo o valor das pessoas que fazem o SUS acontecer.

Conforme documento orientador disponível no

https://conselho.saude.gov.br/images/4cngtes/Documento_orientador_4CNGTES.pdf a 4ª CNGTES tem três eixos de trabalho, que são:

- 1 - Democracia, Controle Social e o desafio da equidade na gestão participativa do trabalho e da educação em saúde;
- 2 - Trabalho digno, decente, seguro, humanizado, equânime e democrático no SUS: Uma agenda estratégica para o futuro do Brasil;
- 3 - Educação para o desenvolvimento do trabalho na produção da saúde e do cuidado das pessoas que fazem o SUS acontecer: A saúde da democracia para a democracia da Saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

N/A

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações realizadas neste semestre possibilitaram dinamizar e ampliar os espaços de articulação com os Conselhos Municipais e Estaduais da Saúde, COSEMS, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Escolas de Saúde, sociedade civil e demais instituições envolvidas em ações no campo de Recursos Humanos em Saúde para articular e mobilizar a 4ª CNGTES em prol de uma Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde que atenda todo o território nacional.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	2	TA3/RE2: Construir estratégias facilitadoras para o melhor exercício da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, na perspectiva do reconhecimento do trabalhador como agente transformador do seu ambiente de trabalho e a capacitação desses atores para o enfrentamento dos desafios do SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. % de SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação e dimensionamento da força de trabalho nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS; 2. % de Gestores do SUS qualificados na área de recursos humanos para o SUS.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Ter nas SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão do Trabalho na Saúde; 2. Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, dentre eles: Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS; Regulação do Trabalho; Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP); Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS); Regulação da formação e do exercício profissional no SUS; e do Provimento emergencial (reanálise da distribuição de médicos no país).	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa) da Universidade de São Paulo (USP) e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), foi realizado na Escola de Saúde Pública da USP, em São Paulo, workshop “Desafios Práticos e Regulatórios para a Implementação da Profissão de Sanitarista” com objetivo de discutir e formular recomendações para o registro e a fiscalização do exercício da profissão no Brasil.

Sancionada em novembro de 2023, a Lei nº 14.725/2023 define que sanitaristas têm a tarefa de planejar e coordenar atividades de saúde coletiva nas esferas pública ou privada. Pelo texto, cabe aos profissionais identificarem, pesquisar, monitorar, registrar e proceder às notificações de risco sanitário, de forma a assegurar o controle de riscos e agravos à saúde da população. Também de acordo com a lei, tais profissionais devem possuir cursos de graduação, mestrado ou doutorado na área de Saúde Coletiva ou de Saúde Pública ou, ainda, certificado de conclusão de curso de pós-graduação de Residência Médica ou Residência Multiprofissional em Saúde, reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), nos termos da legislação vigente. Aqueles com certificado de especialização na área de Saúde Coletiva ou de Saúde Pública também podem exercer a profissão. Já as(os) formadas(os) no exterior deverão validar o diploma no Brasil.

Os participantes do workshop buscaram identificar os pontos que necessitam de regulamentação imediata, o escopo de prática e debateram as diferentes possibilidades de registro, assim como os possíveis cenários de definição da instituição ou órgão responsável pela regulamentação infralegal e pela fiscalização do exercício profissional no Brasil.

Além de representantes do Ministério da Saúde, o evento reuniu especialistas da academia, membros da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), da Associação de Bacharéis em Saúde Coletiva (Abasc), do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, entre outras instituições.

Essa atividade é parte da carta acordo SCON2024-00049, firmada com o CEPEDISA neste período. O projeto tem

importância estratégica para o país e possui potencial de impacto positivo sobre a regulação de profissões de saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e a plena efetivação do direito à saúde no Brasil. O Projeto está estruturado de forma a possibilitar, ao longo de sua execução, um apoio à gestão do Ministério da Saúde no campo da regulação de profissões de saúde, por meio de assessoria voltada à solução de temas concretos que surjam no decorrer de sua execução, em especial no âmbito da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde, da Mesa de Negociação Permanente do Trabalho no SUS e da regulação da formação de profissões de saúde.

A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde realizou no último semestre a Caravana do Piso da Enfermagem. A iniciativa busca articulação com as instâncias de controle social e deliberação do SUS. As reuniões foram realizadas com Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartites (CIB), Conselhos Estaduais de Secretários Municipais de Saúde (Cosems), órgãos e entidades administrativas públicas para atender às demandas dos estados, municípios e Distrito Federal, relacionadas à operacionalização e efetivação do pagamento do piso da enfermagem. O objetivo central da caravana é subsidiar os entes federativos com informações sobre o repasse da Assistência Complementar Financeira (AFC) da União para efetivar o Piso Nacional da Enfermagem. Ainda, busca apoiar o processo de implantação do piso em todo o território nacional, acolhendo demandas e esclarecendo dúvidas de profissionais responsáveis pelo preenchimento do sistema InvestSUS, além de qualificar as(os) responsáveis pela informação inserida no sistema.

A metodologia da caravana inclui rodas de conversa com técnicas(os) para orientação sobre o preenchimento do InvestSUS do piso da enfermagem, agendamento e participação em reuniões de CIB, Cosems e Conselhos Estaduais de Saúde para dialogar sobre a pauta, priorizando responder dúvidas vindas de estados e municípios. Essas ações visam fortalecer a implementação do Piso Nacional da Enfermagem em todo o país.

A parceria entre a Associação Brasileira da Rede Unida (REDE UNIDA) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) por meio da SCON2023-00187 tem como resultado esperado contribuir para a produção de sínteses e análises das informações sobre força de trabalho em saúde com base nos sistemas de informações existentes para subsidiar a formulação de políticas, estratégias e ações no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde no SUS.

Neste semestre foi preparado a segunda versão dos Cadernos de Informações sobre a Força de Trabalho em Saúde com indicadores de ocupação e de formação, ao nível de municípios, para as seguintes categorias profissionais da saúde: assistentes sociais, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, nutricionistas, odontólogos, profissionais da educação física, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Os indicadores de ocupação abrangem tanto o segmento do mercado de trabalho em saúde composto pelos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, identificados a partir dos microdados do CNES de junho de 2023, como o segmento formal do mercado de trabalho em saúde, delimitado a partir dos microdados da RAIS de 2021.

No primeiro caso, para cada categoria ocupacional, o caderno apresenta um mapa para representar a distribuição dos postos de trabalho por município. No segundo caso, para cada categoria, o caderno apresenta dois mapas, sendo um para representar a distribuição dos postos de trabalho e o outro para indicar a distribuição da remuneração nominal por posto de trabalho. Em ambos os casos, por definição operacional, um posto de trabalho corresponde a 40 horas semanais de trabalho em ocupações e/ou atividades de atenção à saúde. No que se refere à remuneração nominal por posto de trabalho, é importante ressaltar que o cálculo foi efetuado só para municípios que registravam pelo menos cinco postos de trabalho da categoria ocupacional considerada. Os indicadores de formação foram obtidos a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (CENSUSP), disponíveis no portal do INEP na Internet. Referem-se à evolução do número de matrículas, de ingressantes e de concluintes em cursos de graduação na área da saúde no período de 2010 a 2021. Para cada curso, o caderno apresenta dois gráficos de linhas. O primeiro gráfico possibilita a análise da movimentação de alunos segundo a categoria administrativa das instituições de educação superior (IES), permitindo a identificação da tendência ao aumento da participação relativa das IES privadas na oferta de vagas em todos os cursos de graduação na área da saúde, exceto no curso de terapia ocupacional. O segundo gráfico possibilita a análise da movimentação de alunos segundo a modalidade de ensino, permitindo a identificação da tendência à diminuição da participação relativa dos cursos presenciais de graduação na área da saúde.

Foi publicado também, no site da REDE UNIDA, o Glossário das Fontes de Dados e dos Indicadores dos Cadernos de Informações sobre a Força de Trabalho em Saúde, contendo as definições operacionais das medidas utilizadas na análise da dinâmica entre oferta e demanda de força de trabalho em saúde no Brasil.

A versão do Glossário das Fontes de Dados e dos Indicadores dos Cadernos de Informações sobre a Força de Trabalho em Saúde em PDF pode ser acessada pelo link:

https://www.redeunida.org.br/media/ckeditor_files/2023/12/13/cadernos-fts glossario-1.pdf

Trata-se de publicação de referência para orientar a definição da estratégia de capacitação e treinamento em serviço da equipe da DEGETS envolvida na elaboração dos Painéis da Força de Trabalho em Saúde do CENITS, a ser

implementada no âmbito da carta acordo firmada com a REDE UNIDA.

As Oficinas para elaboração do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora do Sistema Único de Saúde - PNAIST/SUS aconteceram de março a junho de 2024 em todos os estados brasileiros. Representantes da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) são responsáveis pela condução das atividades em parceria com a OPAS por meio da carta acordo: SCON20023-00232. Os encontros possibilitaram a aproximação da SGTES com os territórios, secretarias estaduais de saúde, gestoras(es), trabalhadoras(es) do SUS, pesquisadoras(es), sindicatos, controle social e outras representações a fim de debater prioridades dos territórios para subsidiar a elaboração do PNAIST/SUS. A iniciativa buscou estimular a construção de uma rede colaborativa, que estabeleça a responsabilidade compartilhada sobre a saúde e segurança de profissionais da saúde do SUS e mobilize politicamente os diferentes atores sociais para agir nos territórios.

Neste semestre a cooperação técnica apoiou a realização das reuniões ordinárias e extraordinárias da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS). Durante as reuniões foram tratados pontos como:

- 1 - Construção de minuta, do protocolo de força de trabalho da saúde indígena (GT de Força de Trabalho da saúde indígena);
- 2 - Convite ao MGI para realizar estudo de proposta de concurso público para saúde indígena;
- 3 - Elaboração do texto base do Protocolo 10 que versa sobre trabalho em saúde no contexto das negociações coletivas no setor público;
- 4 - Elaboração, pela MNNP-SUS, de protocolo que verse sobre conceitos e terminologias – Glossário;
- 5 - Atualização, pelo GT de Democratização, dos protocolos 02 e 03 da MNNP-SUS;
- 6 - Apoio da ASCOM/CNS na divulgação das ações da MNNP SUS;
- 7 - Apresentação sobre os projetos do DEGERTS: Análises de modelos de gestão e contratação da força de trabalho em saúde;
- 8 - Realização de seminário sobre a convenção 190 da OIT;
- 9 - Publicação do protocolo número 01, enquanto resolução do Conselho, colocar o protocolo no mesmo formato de protocolo da Mesa Nacional para aprovação do pleno;
- 10 - Debate sobre o Piso Nacional de Enfermagem com destaque para a caravana da enfermagem, as dificuldades, consequências e desafios enfrentados após aprovação do piso nacional, a importância de aproximação com os entes federados para debater sobre o piso bem como conhecer os diversos vínculos de trabalhos dos trabalhadores da enfermagem.

Grupo de Trabalho de Práticas Avançadas de Enfermagem no Brasil (GT-PAE).

Neste período foram realizadas 4 Reuniões Ordinárias do Grupo de Trabalho de Práticas Avançadas de Enfermagem no Brasil (GT-PAE). Este GT PAE foi constituído pela necessidade de análise coletiva do contexto brasileiro, no que tange ao atual escopo de práticas das(os) enfermeiras(os), sua formação e regulação do trabalho, com fins de propor caminhos para potencializar o papel dessa força de trabalho para atender às necessidades de saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir do diálogo entre instituições de representatividade da Enfermagem no Brasil. O debate internacional tem pautado questões de ampliação do acesso, qualidade da atenção, sustentabilidade dos sistemas de saúde e até mesmo de valorização do papel das(os) enfermeiras(os).

Destaca-se temas importantes apresentados e debatidos nas reuniões ocorridas neste período:

- a) Sumário Legislativo/Normativo do Trabalho em Enfermagem com Foco no Escopo de Práticas - Escola de Enfermagem UFBA/Grupo Gerir;
- b) Especificidades sobre a atuação da enfermagem na atenção à saúde indígena – SESAI e AGSUS;
- c) Escopo de prática de enfermeiras(os) que atuam em território quilombolas, ribeirinhos e na zona rural – ANEN;
- d) Políticas Educacionais com foco na pós-graduação no Brasil - CAPES;
- e) Educação Superior em Enfermagem no Brasil – EEUSP;
- f) Educação em Enfermagem no Brasil – ANEN.

O debate está sustentado prioritariamente pela valorização dos trabalhadores e diante disto as reuniões do GT está elaborando um relatório técnico, fruto das discussões entre todas as instituições. Desta forma tem sido considerado o levantamento da situação da enfermagem brasileira no que diz respeito ao escopo de prática das(os) enfermeiras(os). Este debate tem como pontos relevantes a discussão sobre as necessidades do SUS e as potencialidades da enfermagem brasileira.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde

a elaboração, efetivação e monitoramento das ações. Importante destacar que o processo de elaboração de projetos discutido previamente tem permitido que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado esperado tem como objetivo apoiar a elaboração e implantação de políticas de Gestão do Trabalho em Saúde, promover ações no tema do planejamento da força de trabalho contribuir com as políticas de recursos humanos. Neste sentido, os projetos em desenvolvimento, por meio da cooperação técnica, impulsionam o alcance dos resultados esperados nos temas da regulação das profissões, do trabalho e da educação, na produção de informação que subsidiem o desenvolvimento de Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde 2024-2027 e no apoio a instituição de processos negociais de caráter permanente para tratar de conflitos e demandas decorrentes das relações de trabalho no âmbito do SUS.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	TA3/RE3: Promover ações para a melhoria dos níveis de resolutividade e de qualidade dos serviços de saúde prestados à população, no âmbito do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. % de Instituições de Ensino, SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação da educação nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS; 2. % de Profissionais de Saúde e Gestores do SUS qualificados na área de saúde para o SUS.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Ter nas Instituições de Ensino, SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão da Educação na Saúde. 2. Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão da Educação na Saúde, dentre eles: expansão e ocupação de vagas de graduação e pós-graduação; abertura e ampliação de vagas nos Programas de Residência em Saúde com foco nas especialidades e regiões prioritárias para o SUS; aumentar e qualificar as ofertas de tele-educação, telediagnóstico e teleconsultoria; formação técnica e processos de qualificação para profissionais de saúde; qualificar a demanda e a conteúdo dos cursos oferecidos pelas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS); efetivação de estratégias e ações para o aproveitamento do potencial de profissionais de saúde e gestores do SUS; e da qualificação de profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários para o SUS.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Neste primeiro semestre 2024 foi firmada carta acordo com a Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) para execução do Projeto Formação Médica para o Brasil: Onde Estamos e para Onde Vamos? Um Olhar Comprometido com a Responsabilidade Social no Século XXI (SCON2024-00149). Este projeto tem como objetivo qualificar indicadores, identificar experiências exitosas e formulações inovadoras, pactuar consensos e ampliar debates com os diferentes segmentos e atores implicados com a qualidade do ensino médico no Brasil, com vistas ao fortalecimento das Políticas Públicas neste campo, com ênfase nas questões da equidade e reponsabilidade social da formação profissional em saúde.

Para alcançar seu objetivo este projeto está organizado para executar atividades, que terão início em julho/24:

- 1) Etapa A - Realizar diagnóstico situacional da educação médica atual;
- 2) Etapa B - Identificar nós críticos para a qualificação do ensino médico no Brasil;
- 3) Etapa C - Pactuar critérios de avaliação da qualidade da formação médica;
- 4) Etapa D - Construir e consolidar painel de indicadores da educação médica brasileira;
- 5) Etapa E - Realizar o diagnóstico da força de trabalho médico docente e da sua correlação com a força de trabalho médico;
- 6) Etapa F - Realizar síntese de propostas relacionadas a qualificação da educação médica no Brasil;
- 7) Etapa G - Acompanhar, gerenciar, produzir e publicar produtos técnicos relacionados aos resultados do projeto.

Neste período também houve apoio na contratação de serviços especializados de apoio a estruturação da política de educação a saúde:

- * Avaliação e seleção das propostas submetidas, via edital, referente à 11ª edição do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-SAÚDE), cujo tema será “PET-Saúde: Equidade”; bem como do monitoramento das ações de educação pelo trabalho para saúde dos projetos aprovados em todas as regiões do país;
- * Subsídio conceitual e metodológico à gestores(as) e técnicos do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) na revisão/atualização do documento “O perfil de competências profissionais do Técnico em Higiene Dental e do Auxiliar de Consultório Dentário” e na elaboração de diretrizes para a educação profissional de técnicos de nível médio da saúde bucal (ASB e TSB);
- * Elaboração de documentos técnicos inovadores e desenvolvimento de estudos que apoiem a formulação da Política Nacional de Residências em Saúde (PNRS);
- * Elaboração de documentos técnicos, análises e desenvolvimento de estudos que apoiem a formulação, planejamento, tomada de decisão e ganho de legitimidade da Gestão da Educação na Saúde, no âmbito da Coordenação Geral de Ações Estratégicas de Educação na Saúde (CGAES/DEGES/SGTES/MS);
- * Elaboração de documentos técnicos inovadores e desenvolvimento de estudos e pesquisas que apoiem a formulação e implantação da estratégia de prevenção de assédio nas residências em saúde.

Também neste período deu-se continuidade as seguintes cartas acordo:

- a) SCON2023-00277, com o Centro de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CEPESC), para desenvolvimento do projeto “Diretrizes e Orientações para a Formação Profissional de Nível Técnico em Enfermagem” que tem como objetivo construir proposta de diretrizes e orientações para a formação profissional técnica de nível médio em enfermagem referenciada nos pressupostos do SUS, da educação permanente e da visão ampliada de competência profissional.

As atividades programadas estão em pleno desenvolvimento, seguindo o planejamento previsto inicialmente, porém ao iniciar as primeiras atividades, a coordenação técnica do projeto identificou a necessidade de modificar a metodologia prevista, principalmente na segunda fase, para garantir maior efetividade dos produtos. Esta nova proposta foi apresentada ao DEGES/SGTES e a OPAS e houve um aditivo de valor e inclusão de nova atividade passando as 2 (duas) oficinas e 3 (três) reuniões da equipe técnica de avaliação pós oficinas, todas na modalidade presencial. As oficinas terão como foco o levantamento de informações e discussão de aspectos que subsidiarão a elaboração das diretrizes e orientações para a educação profissional técnica de nível médio em enfermagem. As reuniões presenciais serão destinadas à avaliação das oficinas presenciais, bem como, ao realinhamento, organização e planejamento das ações subsequentes. Destaca-se que o projeto está organizado metodologicamente em três fases: a) diagnóstico da formação profissional técnica de nível médio em enfermagem no Brasil; b) definição dos pressupostos teóricos, do perfil de competências e da estrutura curricular; c) elaboração da proposta de diretrizes e orientações para a formação profissional técnica de nível médio em enfermagem. As fases previstas no projeto acontecem de forma concomitante, ao longo de seu processo de operacionalização.

Até o momento foram realizadas as seguintes ações:

- 1) Levantamentos sobre: a) legislação nacional e de cada estado para a EPTNM e para a formação técnica de nível médio em enfermagem; b) cursos de formação profissional técnica de nível médio em enfermagem: quantidade, tipo (público, privado, filantrópico) localização, número de vagas, número de alunos matriculados, número de formados nos últimos 5 anos; c) PPCs dos cursos de formação profissional técnica de nível médio em enfermagem quanto a carga horária, perfil, concepção pedagógica e metodologias de ensino;
- 2) Sistematização e análise dos dados e informações levantadas;
- 3) Elaboração documento síntese sobre o diagnóstico da formação profissional técnica de nível médio em enfermagem;
- 4) Discussão e planejamento sobre as oficinas presenciais com as referências técnicas.

- b) SCON2023-00071, firmada com o CEPESC, para execução do projeto “Monitoramento de Ações e Apoio

Institucional às Escolas de Saúde Pública e Técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS)”, cujo objetivo era apoiar o DEGES/SGTES/MS no desenvolvimento de uma agenda de apoio institucional às Escolas de Saúde do SUS, foram desenvolvidas conforme o planejado. As ações previstas no projeto contribuíram para o levantamento diagnóstico das Escolas de Saúde do SUS e criação de módulo web para o processamento de dados sobre as Escolas. As atividades previstas no projeto contribuíram para o levantamento diagnóstico das Escolas de Saúde do SUS e para a criação de módulo web para o processamento de dados sobre estas Escolas. O módulo será incorporado ao sistema de processamento de dados sobre educação na saúde criado pela SGTES/MS em parceria com a Universidade de Goiás – o Simapes. O módulo corresponde a um banco de dados automatizado que poderá ser acessado gratuitamente e publicamente por gestores, profissionais, estudantes e a comunidade em geral, capaz de fornecer dados e informações sobre as Escolas de Saúde do SUS. As informações geradas possibilitaram a produção de um vídeo e de folder dando um maior aporte aos apoiadores institucionais do DEGES/SGTES/MS.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações. Importante destacar que o processo de elaboração de projetos e Termos de Referência, discutido previamente, tem permitido que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado tem por objetivo fortalecer as políticas de gestão da educação na saúde, por meio da promoção da melhoria da resolutividade e da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Neste semestre destaca-se o investimento na qualificação da educação médica no Brasil, bem como na da formação técnica em enfermagem. Também houve um avanço na implementação de ações voltadas às Residências em Área Profissional da Saúde, na integração ensino serviço comunidade por meio do PET Saúde e no apoio institucional às Escolas do SUS.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	TA3/RE4: Constituir ações, visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. %de instituições ativas na Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde do Brasil. 2. % de uso do Portal de Saúde Baseado em Evidencias do Ministério da Saúde.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Ter agenda sistemática de pesquisa para a tomada de decisões visando redirecionar a Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. 2. Fortalecer a produção de evidências aplicada à gestão descentralizada do trabalho e a da educação na saúde e a disseminação da produção de evidências no SUS na busca da qualificação dos processos de trabalho.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Neste primeiro semestre/2024, por meio da cooperação técnica, foi dado início ao projeto “Elaboração de Plano

Diretor para a Área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde”, com objetivo de elaborar o Plano Diretor da área de Políticas, Planejamento e Gestão da Saúde no campo da Saúde Coletiva brasileira, definindo contribuições para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, que será coordenado tecnicamente pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Carta Acordo SCON2024-00237. Como uma das três áreas disciplinares que estruturam o campo da Saúde Coletiva, a área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde (PPGS) compreende conhecimentos e práticas voltados ao estudo e à crítica dos processos que envolvem o planejamento, a formulação, a gestão, a implementação e avaliação de políticas, sistemas, serviços e práticas de saúde.

A execução deste projeto está organizada em 6 atividades:

- 1) Planejamento e definição de metodologia e estratégias de trabalho;
- 2) Diagnóstico - análise situacional: estado da arte da área de Política, Planejamento e Gestão da Saúde no SUS;
- 3) Proposta inicial do Plano Diretor;
- 4) Construção e validação coletiva do Plano Diretor;
- 5) Lançamento do Plano Diretor e elaboração de Plano de Atividades;
- 6) Elaboração de relatórios e entregas finais para o Ministério da Saúde.

Ao final pretende ter um plano de trabalho decorrente das ações e estratégias do Plano Diretor para acompanhar e avaliar as transformações do campo e suas relações com o fortalecimento do SUS.

Foi dada continuidade as atividades do Curso de Atualização em Planejamento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SCON 2023-00193) como objetivo capacitar o grupo de gestores e técnicos das SES e da SGTES-MS envolvido no processo de elaboração dos Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde 2024-2027. A proposta de um curso-ferramenta, que oferece subsídios teóricos, apoio técnico e metodológico para que os grupos estaduais se organizem e produzam, de maneira ascendente, o planejamento e fortalecimento da área de Trabalho e Educação na Saúde junto a cada Estado brasileiro e Distrito Federal. Adotou-se a metodologia de encontros presenciais para avaliação e planejamento com a equipe de apoiadores da SGTES, contando com a participação de docentes especialistas em cada temática abordada, além do apoio para a elaboração de materiais didáticos e subsídios para a elaboração dos planos (por exemplo, glossário temático e cadernos de informação). O número de participantes inscritos superou às expectativas planejadas (554 inscritos, diante de 505 vagas oferecidas), mas foi possível acolher toda a demanda, dado o planejamento e a metodologia da atividade. Em relação à participação dos profissionais das secretarias estaduais e equipe técnica da SGTES, destacasse o envolvimento e adesão das equipes à proposta, bem como a qualidade dos produtos desenvolvidos.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração e efetivação do projeto. Importante destacar que o processo de elaboração foi discutido previamente permitindo assim que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado tem como objetivo constituir ações visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS. Os projetos em curso aportam importantes discussões da SGTES/MS, com estados e municípios, sobre o campo dos recursos humanos na saúde com ênfase no planejamento e na organização das informações sobre as respectivas força de trabalho.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	5	TA3/RE5: Estabelecer mecanismos de cooperação internacional, visando à solução de problemas relacionados à formação, ao desenvolvimento profissional, à gestão e à regulação do trabalho em saúde, especialmente a solução de questões que envolvam os países do continente americano, os países de língua portuguesa e os países do hemisfério sul.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. % de projetos de cooperação internacional apoiados e desenvolvidos.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Fortalecer a participação e o intercambio do Brasil nos mecanismos de integração com agendas de gestão do trabalho e da educação na saúde. Promover a liderança técnica e o intercambio ativo do Brasil nas agendas regionais no campo de gestão do trabalho e da inovação.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Neste período foi realizada Missão a WDC que teve como objetivo apresentar o contexto e avanços da política de RHS no Brasil. A agenda foi organizada a contemplar atividades da área da Enfermagem e do campo da política de RHS:

* Participar do evento em comemoração do "Dia Internacional da Enfermagem 2024: Gênero, liderança e inovação na formação e na prática de enfermagem", que contou com a representação de vários países da região e centros colaboradores da OMS para a enfermagem. A programação contou a palestra "O poder econômico dos cuidados de enfermagem" da Presidente do Conselho Internacional de Enfermagem, seguido de um painel com o tema "Inovação, educação e prática de enfermagem" com a participação de expertos do Canadá, da Universidade Federal de São Paulo, no Brasil, e da Universidad Nacional Autónoma de Honduras.

Ressalta-se também o Lançamento do Curso Nursing Leadership: Empowering Nurse Leaders in Latin America and the Caribbean disponibilizado no espaço regional do Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP) da OPAS/OMS

Reunião para apresentação das atividades realizadas sobre a ampliação do escopo de prática da enfermagem no contexto brasileiro, visando discutir os avanços e perspectivas da implementação do papel da(o) enfermeira(o) de prática avançada no Brasil. Nesta reunião foram apresentados os seguintes cenários: a) Contexto da Prática Avançada de Enfermagem (PAE) na Região das Américas; b) Relatório do Grupo de Trabalho de Enfermagem do Brasil sobre a situação da regulamentação e do escopo da prática de enfermagem; c) Ações do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) para a implementação da PAE no Brasil. Participaram representantes da OPAS; HSS/HR; da SGTES/MS; do COFEN; do COREN/PE; UFG; UNIFESP; EERP/USP; ABEn.

Reunião SGTES/MS e CVSP/OPS que teve como objetivo tomada de decisão referente a implementação do Nodo Brasil do CVSP. Nesta reunião acordou-se uma oficina de trabalho, realizada em junho/2024, com a participação presencial da equipe do CVSP/OPS. Esta oficina foi um importante espaço de pactuação e definição das prioridades para implantação do NODO Brasil do CVSP/OPS. Esta oficina contou com a participação da equipe da OPAS, da SGTES e da FIOCRUZ com objetivo de analisar junto as tarefas e responsabilidades na gestão do NODO, que ficará sob a coordenação da SGTES, revisar conjuntamente o portal referente a estratégia de comunicação e design e desenvolver um roteiro para o uso estratégico do NODO Brasil do CVSP para 2024-2025.

Nesse período foi firmada carta acordo SCON2024-00067 com o Centro de Apoio à Escola de Enfermagem Universidade de São Paulo(CEAP-EE) para desenvolver o projeto "Monitoramento e avaliação da interprofissionalidade no trabalho e educação na saúde do Sistema Único de Saúde", que tem como objetivo delinear

as bases teórico conceitual e metodológicas de monitoramento e avaliação da interprofissionalidade no Sistema Único de Saúde, tendo em vista contribuir para efetividade do trabalho em equipe, da prática colaborativa e da educação interprofissional nos processos de gestão pública do trabalho e da educação na saúde. Destaca-se que a interprofissionalidade constitui uma abordagem que tem duas vertentes interdependentes: trabalho interprofissional e educação interprofissional.

Para alcançar o objetivo proposto foram programadas as seguintes atividades: 1. Realizar revisão bibliográfica e documental sobre trabalho e educação interprofissional; 2. Desenvolver e validar o modelo lógico causal e Imagem Objetivo (IO) da efetividade da interprofissionalidade (trabalho e educação interprofissional) junto ao grupo de especialistas; 3. Elaborar e validar matriz de dimensões, critérios, indicadores, padrões de trabalho e educação interprofissional: trabalho em equipe, prática colaborativa e educação interprofissional; 4. Desenvolver, discutir e validar a Matriz Avaliativa Geral (versão final) contendo dimensões, critérios, indicadores e padrões de trabalho e educação interprofissional com o grupo de especialistas; 5. Elaborar e divulgar boletins descritivos e material instrucional acerca da Avaliação e Monitoramento da Interprofissionalidade (com a Matriz avaliativa final).

Ao final espera-se alcançar os seguintes produtos:

- a) Referencial teórico conceitual e metodológico acerca da avaliação e monitoramento de ações relativas ao trabalho em equipe, colaboração interprofissional e educação interprofissional alinhado e sistematizado;
- b) Rede colaborativa para avaliação e monitoramento do trabalho e educação interprofissional mobilizada e fortalecida;
- c) Componentes constitutivos do trabalho e da educação interprofissional alinhados, considerando seu grau de articulação, recursos necessários para operacionalização e atividades que conduzem aos efeitos esperados;
- d) Modelo lógico causal e Imagem-Objetivo (IO) da efetividade da interprofissionalidade (trabalho e educação interprofissional) elaborados e validados junto ao grupo de especialistas;
- e) Matriz preliminar de dimensões, critérios, indicadores e padrões de trabalho interprofissional: trabalho em equipe, prática colaborativa e da educação interprofissional socializada, elaborada e validada pelos especialistas das cinco regiões do país;
- f) Boletins descritivos do processo de construção da matriz avaliativa das dimensões, critérios e padrões de trabalho e educação interprofissional junto as instancias de governo da gestão do trabalho e educação na saúde (federal, estadual, municipal) elaborados e divulgados;
- g) Bases para monitoramento e avaliação da educação e trabalho interprofissional fortalecidas;
- h) Matriz avaliativa de dimensões, critérios, indicadores e padrões do trabalho e educação interprofissional, por meio do trabalho realizado nas oficinas regionais elaborada;
- i) A pauta da interprofissionalidade (trabalho em equipe, prática colaborativa e educação interprofissional) inserida na agenda das políticas públicas de gestão do trabalho e educação na saúde, no nível federal, estadual e municipal, com base na participação de gestores nas oficinas de trabalho.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado propõe trabalhar processos técnico-políticos que exigem uma articulação internacional no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde garantindo maior sustentabilidade as intervenções e reforço da capacidade institucional, a partir da troca de experiências com outros países. As ações desenvolvidas neste período dá continuidade as ações iniciadas em 2023 posicionando a SGTES/MS nas discussões sobre a sua Força de Trabalho em Saúde e no posicionamento técnico político, como também apresenta os avanços no atendimento de iniciativas importantes posto na política “Força de Trabalho em Saúde para 2030: Fortalecendo os Recursos Humanos em Saúde para alcançar Sistemas de Saúde Resilientes”.

6) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	6	TA3/RE6: Desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. Estudos e publicações elaboradas em conjunto e divulgadas.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Investigações e/ou estudos de caso relacionados a Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Inquéritos aplicados à amostra significativa de produção de documentos sobre as experiências e boas práticas da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Relatório anual das ações e experiências da cooperação.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		6

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Neste período é importante destacar o investimento da SGTES no apoio institucional aos Estados e Municípios, bem como a mobilização de trabalhadores e instituições para adesão aos projetos e programas implementados.

Entre as diferentes atividades que foram apoiadas destacam-se:

* Realização de Oficinas para aprimoramento do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde dos estados. Dando continuidade ao processo das Oficinas Regionais Planejamento da Área de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde no SUS, que ocorreram nas cinco regiões do país. As oficinas discutiram as estruturas dos planos de saúde com foco na GTES, considerando o planejamento em saúde estadual e sua interface com os campos da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Essas oficinas são a continuidade do processo de realização do Curso Nacional de Planejamento da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SCON 2023-00193) e a disponibilização do Guia de Planejamento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS).

* Apoio as reuniões da Comissão para Discussão e Elaboração de Proposta de Carreiras (CDEPCA/SUS) foi instituída pela Portaria GM/SM nº 3.100, de 18 de janeiro de 2024 (<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/sm-n-3.100-de-18-de-janeiro-de-2024-538362226>). A CDEPCA busca fomentar a realização de debates, estudos, pesquisas e diagnósticos voltados ao aprimoramento das carreiras no âmbito do SUS. A formulação e adequação de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento de carreiras no âmbito do SUS serão apoiadas por municípios, estados e Distrito Federal, considerando suas respectivas esferas de atuação e competências. Neste semestre foram realizadas três reuniões da comissão. Em suma os principais pontos discutidos foram: planos estaduais de cargos, carreiras, as legislações também foram minuciosamente examinadas. A análise abrangeu estrutura da carreira, desenvolvimento profissional (progressão e promoção), modalidades de ingresso e remuneração e gratificações. Apesar das disparidades nas respostas a esses critérios, os planos apresentaram uma estrutura básica comum, entretanto, poucos incluem trabalhadores que não pertencem a categorias de trabalho regulamentadas, a carreira como estratégia para valorização de trabalhadores, entre outras pautas.

* Apoio as reuniões e as mobilizações nos estados referente ao Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora do Sistema Único de Saúde (Pnaist/SUS), Portaria nº 3.115, de 23 de janeiro de 2024 (<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.115-de-23-de-janeiro-de-2024-539362936>), que instituiu a comissão técnica para elaboração da proposta do Programa. Esta portaria estabelece que o programa deverá promover e estimular a atenção integral à saúde dos trabalhadores do SUS. Para isso, terá que considerar a promoção da saúde, a humanização das relações no trabalho, a gestão da segurança e qualidade de vida nos ambientes e processos de trabalho dos serviços de saúde do SUS, bem como a prevenção de doenças e agravos relacionados ao trabalho desta atividade econômica. Além de propor objetivos e diretrizes para o programa, a comissão técnica está encarregada de delinear os eixos de saúde e segurança no trabalho em saúde, saúde mental e humanização das relações de trabalho e outros relacionados ao tema. A comissão técnica é composta por nove

representantes do Ministério da Saúde, além de outros sete membros indicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); Conselho Nacional de Saúde (CNS); Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde.

* Realização de oficina da Comissão Nacional para Planejamento e Dimensionamento da Força de Trabalho no Sistema Único de Saúde (CPDFT-SUS), instituída pela Portaria GM/MS 3.225, de 19 de março de 2024 (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.225-de-19-de-marco-de-2024-549312395>). A Portaria estabelece que o colegiado tem como objetivo propor e avaliar dispositivos para o planejamento e o dimensionamento da força de trabalho em saúde que, após aprovação por consenso entre seus integrantes, sejam submetidos à deliberação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), de modo a institucionalizar o tema na esfera do SUS. A comissão permanente é instituída no âmbito da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), por meio do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (Degerts). A Secretaria Executiva da CPDFT-SUS será exercida pela Coordenação-Geral de Planejamento da Força de Trabalho na Saúde, com a assessoria da Coordenação de Dimensionamento da Força de Trabalho na Saúde - ambas da SGTES. Fazem parte do colegiado representantes da gestão do SUS, Ministério da Saúde, Conass, Conasems, Conselho Nacional de Saúde (CNS), Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT), Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). A cooperação promoveu, a 1ª Reunião Ordinária da CPDFT/SUS que possibilitou a discussão sobre a construção de referenciais técnicos com parâmetros para dimensionamento da força de trabalho em saúde, e a proposição de metodologias baseadas nas necessidades de saúde da população, considerando elementos como necessidades educacionais, jornada de trabalho e vínculos trabalhistas. O atual cenário na Região das Américas e as perspectivas do governo federal também foram discutidos no encontro. Participaram do evento, representantes das demais secretarias da pasta, dos conselhos Nacional de Secretários de Saúde (Conass), de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde (CIRHRT), Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) e Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

* Oficina de trabalho da Comissão de avaliação dos projetos submetidos ao edital nº 11 de 16/11/2023 do PET-Saúde/Equidade. PET-Saúde é um programa cujo fio condutor é a integração ensino-serviço-comunidade visando ampliar a área de conhecimento sobre programas de educação em saúde, sobretudo aqueles que envolvem a integração entre o universo acadêmico com a realidade do trabalho em saúde.

* Oficina de Consenso: Projeto Identificação e validação do modelo de formação dos médicos do Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB) que teve como objetivo obter o consenso entre os especialistas e gestores quanto ao modelo teórico lógico de formação previsto para os médicos ingressantes no Programa, apresentar a nova proposta do modelo teórico lógico de formação previsto para os médicos ingressantes no Projeto Mais Médicos para o Brasil após a análise dos dados da etapa anterior e verificar a consistência da estruturação lógica do modelo de formação dos médicos no Projeto Mais Médicos para o Brasil.

* I Seminário Nacional sobre Formação em Saúde e Curricularização da Extensão: Desafios e Perspectivas para o SUS, realizado em abril de 2024. O seminário teve como objetivos: promover reflexões sobre as necessidades de formação para o SUS e a curricularização da extensão como oportunidade de avanços na produção de novos saberes e práticas que contribuam para a consolidação do SUS no contexto nacional, discutir a formação profissional para o SUS e seus principais desafios contemporâneos, identificar necessidades específicas de formação para o SUS considerando as singularidades regionais do país, discutir os marcos legais da Curricularização da Extensão no contexto contemporâneo, identificar iniciativas inovadoras de para o fortalecimento e propor estratégias que possam contribuir para o fortalecimento da formação para o SUS por meio da articulação do ensino e da Curricularização da Extensão. O evento teve como proposta reunir e fomentar o diálogo entre os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais e Diretores dos Centros de Ciências da Saúde ou representantes dos Departamentos/Áreas de Saúde Coletiva das Universidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais.

* 9º Congresso de Educação Médica do Centro-Oeste (9º COEMCO), realizado em maio de 2024. O tema do evento “Educação médica em defesa da vida: fortalecendo o SUS no Centro-Oeste”, teve como proposta discutir, compartilhar experiências e construir propostas para o futuro da educação médica no Brasil, com destaque para os estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O debate centrou sobre os problemas e as soluções para a formação médica no Brasil por meio dos seguintes eixos temáticos: 1) Práticas pedagógicas na educação médica para o fortalecimento do SUS, 2) Educação médica em defesa da vida e 3) Gestão do trabalho e da educação na saúde.

* “Diálogo de Integridade: Enfrentamento ao Assédio Moral no ambiente de trabalho: Conhecer para prevenir!” realizado em maio de 2024, foi um evento construído coletivamente com diversas Unidades do Ministério da Saúde. O

evento debateu o importante tema do enfrentamento ao assédio moral no local de trabalho. A proposta é que este encontro possa contribuir para melhor entendimento da pauta, onde será apresentado o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e às Discriminações no Trabalho na Saúde (PEADTS) do Ministério da Saúde. O PEADTS, reveste-se de importância crucial para assegurar um ambiente de trabalho livre de assédio e respeito às diversidades e singularidades para todas as trabalhadoras e trabalhadores do Ministério da Saúde de forma humanizada, inclusiva e equânime. Esta é uma iniciativa coordenada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES, com participação de representantes de várias instâncias, incluindo a Secretaria Executiva; Secretaria de Atenção Primária à Saúde; Secretaria de Atenção Especializada à Saúde; Secretaria de Saúde Indígena; Secretaria de Informação e Saúde Digital; Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde; Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS; Corregedoria do Ministério da Saúde; Assessoria de Equidade Racial em Saúde do Gabinete da Ministra da Saúde; Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Saúde; Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde; Comissão de Ética do Ministério da Saúde; Comissão de Ética do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro; e Ouvidoria-Geral do Sistema Único de Saúde.

* Oficina de elaboração de Projetos Político Pedagógicos em Residência Médica em áreas estratégicas para o SUS, realizado em maio de 2024, teve como objetivos: i) estimular a criação de programas de residências em saúde em áreas estratégicas para o SUS; ii) promover alinhamento técnico-político entre o Ministério da Saúde (MS) e representantes das residências em saúde nas áreas de Saúde Indígena; Saúde Mental; e Campo, Floresta e Águas; iii) mapear nacionalmente e conhecer experiências em curso de programas de residências em saúde em áreas estratégicas para o SUS; iv) promover a troca de experiências entre representantes de programas de residências em saúde do SUS de reconhecida expertise na área com atores e atrizes interessados na abertura de novos programas de residências em saúde em áreas estratégicas para o SUS; e v) elaborar modelo de Projeto Político Pedagógico (PPP) para cada tipo de programa, adaptável pela instituição. O Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas e em Área Profissional da Saúde (PRÓ-RESIDÊNCIAS), do Ministério da Saúde, incentiva a formação de especialistas na modalidade residência, em especialidades e regiões prioritárias estabelecidas pelo SUS. Nesse sentido, a Residência é considerada o padrão de excelência na pós-graduação em saúde, visto que a formação pautada no ensino-serviço-comunidade representa uma possibilidade de qualificar profissionais de saúde para uma prática integrada, humanizada e ética, voltada para ações e serviços de prevenção, promoção, reabilitação, recuperação, monitoramento, avaliação, bem como implementação, fortalecimento e articulação das áreas e Redes de Atenção à Saúde prioritárias do SUS.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado tem como objetivo desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS por meio de apoio institucional e mobilização nos territórios para implementação da política, programas e projetos em execução. A realização do apoio institucional aos estados e a realização de oficinas, seminários e encontros referente aos temas que estruturam a política de Gestão do Trabalho e da Educação na saúde em desenvolvimento, potencializando temas e áreas estruturantes para este campo de atuação.

3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	0	0	0	0%
2	3	1	0	33%
3	2	1	0	50%
4	1	1	0	100%
5	1	1	0	100%
6	6	6	0	100%
Total:	13	10	0	76%

4. 2º SEMESTRE DE 2024

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	TA3/RE1: Apoiar a instituição da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, visando à integração e ao aperfeiçoamento da relação entre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) nos níveis federal, municipal e no Distrito Federal, no que se refere ao planejamento da formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<div>1. Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada;</div> <div>2. Mecanismos de dialogo técnico politico de alto nível em funcionamento;</div> <div>3. Todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde fortalecidas nas áreas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;</div> <div>4. Sistema de informação da força de trabalho do SUS integrado, descentralizado e implementado;</div> <div>5. Metodologia de monitoramento e avaliação do avanço das políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde elaborada e implementada.</div>	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	<div>1. 100% da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada;</div> <div>2. Funcionamento do sistema de informação da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;</div> <div>3. Ter espaços intersetoriais de formulação e execução da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde ativos;</div> <div>4. Fortalecer as ações nas áreas de gestão do trabalho e da educação na Saúde nas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (de Saúde);</div> <div>5. Contar com uma referência nacional para o monitoramento dos avanços da política de gestão do trabalho e da educação na saúde</div>	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Neste 2º semestre 2024 foi dada continuidade ao apoio da equipe da SGTES à realização das etapas das conferências estaduais de gestão do trabalho e da educação na saúde, em todo território nacional, preparatórias para a 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (4ª CNGTES). Junto com os Conselhos Estaduais de Saúde, a SGTES esteve na articulação e mobilização dos conselheiros, gestores e instituições envolvidos na discussão sobre o campo da gestão do trabalho e da educação na saúde. A 4ª CNGTES, com o tema "Democracia, Trabalho e Educação na Saúde para o Desenvolvimento: Gente que faz o SUS acontecer", realizada no período de 10 a 13 de dezembro de 2024, foi organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) com o apoio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e contou com 2.737 participantes entre delegados, convidados e equipe organizadora. Realizada sob o contexto histórico no Brasil, que após uma série de ações que desrespeitaram os direitos trabalhistas e promoveram o enfraquecimento das ações de educação em saúde. Soma-se a isso o impacto da pandemia de COVID-19 e sua repercussão direta no mercado de trabalho, com aumento de desemprego e ampliação das vulnerabilidades das trabalhadoras e dos trabalhadores, ampliando a desproteção social e submetendo-as a condições de trabalho, por vezes, inaceitáveis.

A 4ª CNGTES teve sua organização técnica e de logística aportada por este termo de cooperação quanto ao apoio a

mobilização das equipes nos territórios, reuniões das Comissões organizadoras e de relatoria, bem como toda a logística da 4ª CNGTES.

* Carta Acordo SCON2024-00238 firmada com a Associação da Rede Unida para o desenvolvimento do projeto “Saúde e Democracia: Estudos Integrados sobre Participação Social nas Conferências Nacionais de Saúde – 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde”, com objetivo de sistematizar e analisar informações importantes das Conferências Nacionais de Saúde que permitam produzir evidências da relevância e da abrangência do processo da participação social nas etapas e atividades que as compõem e registrá-las para consultas posteriores.

A abordagem metodológica utilizada na 4ª CNGTES tomou como base e como modelo de análise os processos de pesquisas da 16ª e 17ª CNS. Com base na experiência da produção dos dados das duas Conferências anteriores, foi constituída uma equipe técnica da pesquisa, com especialistas e pesquisadores convidados para responder ao exaustivo trabalho de sistematização e análise de dados, assim como de validação de instrumentos e técnicas de análise e o acompanhamento das atividades de pesquisa. A pesquisa abrangeu os participantes da etapa nacional da 4ª CNGTES e três conferências estaduais selecionadas intencionalmente pela Comissão de Relatoria. A pesquisa incluiu como participantes o universo de pessoas que estiveram presentes nas etapas estaduais sendo selecionadas, prioritariamente participantes com função de delegadas, e da etapa nacional da 4ª CNGTES. Na etapa de análises, o público-alvo se ampliou, com a utilização de dados das duas etapas anteriores da pesquisa, de onde se busca colocar em diálogo as questões que configuram a linha de base da participação. Assim sendo, ampliou-se a abrangência e a profundidade das análises que se pretende desenvolver. O projeto será finalizado no 1 semestre/2025 contemplando os resultados das análises comparadas entre a 16ª CNS, a 17ª CNS e a 4ª CNGTES, caracterizando semelhanças e diferenças entre a participação social em ambas. As atividades envolvem a equipe técnica da pesquisa e os demais pesquisadores, assim como membros da Comissão de Relatoria e do pleno do CNS.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e acompanhamento das ações. Importante destacar que o processo de elaboração de projetos discutido previamente tem permitido que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

As ações realizadas neste semestre possibilitaram a realização da 4ª CNGTES, que mobilizou todo o território nacional na discussão do campo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. O relatório final desta conferência subsidiará a discussão de ações que fortaleçam uma política nacional para a força de trabalho do SUS.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	2	TA3/RE2: Construir estratégias facilitadoras para o melhor exercício da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, na perspectiva do reconhecimento do trabalhador como agente transformador do seu ambiente de trabalho e a capacitação desses atores para o enfrentamento dos desafios do SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. % de SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação e dimensionamento da força de trabalho nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS; 2. % de Gestores do SUS qualificados na área de recursos humanos para o SUS.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Ter nas SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão do Trabalho na Saúde; 2. Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, dentre eles: Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS; Regulação do Trabalho; Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP); Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS); Regulação da formação e do exercício profissional no SUS; e do Provimento emergencial (reanálise da distribuição de médicos no país).	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Neste semestre, a cooperação celebrou importantes projetos voltados para o fortalecimento da política de gestão do trabalho na saúde. Destacam-se as seguintes Cartas Acordo:

* SCON2024-00049, um projeto de relevância estratégica para o país, com grande potencial de impacto positivo na regulação das profissões de saúde. O objetivo é fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir a plena efetivação do direito à saúde no Brasil. O projeto está estruturado para fornecer, ao longo de sua execução, apoio à gestão do Ministério da Saúde no campo da regulação das profissões de saúde. Isso ocorrerá por meio de assessoria focada na resolução de questões práticas que surgirem durante a implementação, com destaque para a Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde, a Mesa de Negociação Permanente do Trabalho no SUS e a regulação da formação de profissionais da saúde.

* SCON2024-00277 trata do Projeto "Demografia da Força de Trabalho em Odontologia – Eixo Formação: Cirurgiões-Dentistas, Auxiliares e Técnicos em Saúde Bucal e em Prótese Dentária". O objetivo deste projeto é levantar e organizar informações disponíveis em bancos de dados secundários e isolados sobre a formação de Cirurgiões-Dentistas (CD), Auxiliares e Técnicos em Saúde Bucal (ASB e TSB), e Assistentes e Técnicos em Prótese Dentária (APD e TPD). A proposta é gerar dados mais precisos sobre o número de profissionais formados, suas localizações, graus de formação, gênero, idade e raça/cor, além de projetar a necessidade de novos profissionais no setor odontológico no Brasil. Espera-se que as informações geradas contribuam para a Política Nacional de Saúde Bucal, apoiando a formulação de políticas públicas que ampliem e consolidem o acesso da população brasileira aos serviços de saúde bucal no SUS.

* SCON2024-00213 foca no Fortalecimento do Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS (SiNNP-SUS). O objetivo geral do projeto é fortalecer o SiNNP-SUS por meio do apoio ao planejamento e ao funcionamento dos processos de negociação. A proposta busca colaborar com a retomada dos espaços de negociação nos diversos níveis governamentais, proporcionando condições para o estabelecimento de negociações coletivas no âmbito da saúde

junto aos entes federativos. O projeto prevê como resultados a realização de quatro Seminários de Sensibilização para a instalação ou reinstalação de mesas de negociação, ofertados a 15 entes federativos, e a consequente ampliação do número de Mesas de Negociação Estaduais ou Regionais em funcionamento. Além disso, a proposta inclui a oferta de apoio técnico especializado à Mesa Nacional e atividades de articulação e mobilização para a organização de Mesas Subnacionais de Negociação Permanente do SUS, com o intuito de fortalecer o Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS (SiNNP-SUS).

Grupo de Trabalho de Práticas Avançadas de Enfermagem no Brasil (GT-PAE).

Neste período foram realizadas 4 Reuniões Ordinárias do Grupo de Trabalho de Práticas Avançadas de Enfermagem no Brasil (GT-PAE), sob coordenação do DEGERTS/SGTES/MS e HSS/OPAS. Diante do debate internacional sobre Práticas Avançadas em Enfermagem (PAE), das iniciativas e incentivos de organismos internacionais para ampliação do escopo de práticas das(os) enfermeiras(os) nos países, da heterogeneidade desse debate no Brasil e as particularidades do nosso sistema de saúde, esse GT foi constituído pela necessidade de análise coletiva do contexto brasileiro, no que tange ao atual escopo de práticas das(os) enfermeiras(os), sua formação e regulação do trabalho, com a finalidade de propor caminhos para potencializar o papel dessa força de trabalho para atender às necessidades de saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS). Portanto, buscou-se o diálogo entre instituições essenciais nesse processo – representações das diversas áreas do Ministério da Saúde (MS), de gestoras(es) estaduais e municipais, entidades do campo da enfermagem e da Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior (CAPES) – para analisar o contexto atual das práticas em enfermagem no território nacional, identificar as diferentes competências e experiências regionais e apresentar propostas para a formação, qualificação e regulação do trabalho, visando a prática ampliada da(o) enfermeira(o), coerente com os princípios do SUS e com o modelo de formação profissional brasileiro, com a devida segurança para trabalhadoras(es) e usuárias(os) do sistema de saúde.

O tema Práticas Avançadas em Enfermagem está sendo debatido no mundo, de acordo com a necessidade de cada sistema de saúde e população. No Brasil, há de se considerar as particularidades da formação e configuração da equipe de enfermagem, que difere de outros países, somadas às características do SUS, sua política de formação e qualificação, com méritos reconhecidos por outros sistemas de saúde.

O GT discutiu a prática em enfermagem no Brasil, seu contexto, sua necessidade de ampliação e qualificação, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, tendo os seguintes objetivos:

- * Mapear o escopo de práticas de enfermagem no Brasil.
- * Analisar as competências profissionais em cada região e as necessidades de avanço no desenvolvimento profissional.
- * Apresentar e discutir estudos comparativos dos diversos modelos de Enfermagem de Práticas Avançadas (EPA) correlacionando com a realidade brasileira;
- * Propor estratégias para a qualificação e formação de enfermeiras (os) na perspectiva de ampliação do escopo de práticas considerando as necessidades e especificidades locais/regionais.
- * Elaborar recomendações e propor medidas de regulação das práticas de enfermagem, de forma a promover a transparência das ações da(o) enfermeira(o) perante a sociedade, e o reconhecimento de suas competências perante outras profissões de saúde, bem como garantir a segurança jurídica de trabalhadoras(es).

O debate está sustentado prioritariamente pela valorização dos trabalhadores e diante disto as reuniões do GT está elaborando um relatório técnico, fruto das discussões entre todas as instituições. Desta forma tem sido considerado o levantamento da situação da enfermagem brasileira no que diz respeito ao escopo de prática das(os) enfermeiras(os). Este debate tem como pontos relevantes a discussão sobre as necessidades do SUS e as potencialidades da enfermagem brasileira.

As discussões do grupo até o momento, foram delineadas algumas possíveis ações que requerem tempos diferentes e podem ser estruturadas em ações de curto, médio e longo prazo no âmbito da formação e regulamentação.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e acompanhamento das ações. Importante destacar que o processo de elaboração/monitoramento de projetos, quando discutidos previamente, tem permitido que a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado esperado tem como objetivo apoiar a elaboração e implantação de políticas de Gestão do Trabalho em Saúde, promover ações no tema do planejamento da força de trabalho contribuir com as políticas de recursos

humanos. Neste sentido, os projetos em desenvolvimento, por meio da cooperação técnica, impulsionam o alcance dos resultados esperados nos temas da regulação das profissões, do trabalho e da educação, na produção de informação que subsidiem o desenvolvimento de Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde 2024-2027 e no apoio a instituição de processos negociais de caráter permanente para tratar de conflitos e demandas decorrentes das relações de trabalho no âmbito do SUS.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	TA3/RE3: Promover ações para a melhoria dos níveis de resolutividade e de qualidade dos serviços de saúde prestados à população, no âmbito do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. % de Instituições de Ensino, SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação da educação nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS; 2. % de Profissionais de Saúde e Gestores do SUS qualificados na área de saúde para o SUS.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Ter nas Instituições de Ensino, SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão da Educação na Saúde. 2. Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão da Educação na Saúde, dentre eles: expansão e ocupação de vagas de graduação e pós-graduação; abertura e ampliação de vagas nos Programas de Residência em Saúde com foco nas especialidades e regiões prioritárias para o SUS; aumentar e qualificar as ofertas de tele-educação, telediagnóstico e teleconsultoria; formação técnica e processos de qualificação para profissionais de saúde; qualificar a demanda e a conteúdo dos cursos oferecidos pelas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS); efetivação de estratégias e ações para o aproveitamento do potencial de profissionais de saúde e gestores do SUS; e da qualificação de profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários para o SUS.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Neste segundo semestre 2024 foi firmada carta acordo SCON2024-00284 com a Associação da Rede Unida, para o desenvolvimento do projeto “Estágios e Vivências na Realidade do Sistema Único de Saúde (SUS): ativação da aprendizagem significativa nos territórios vivos brasileiros”, com objetivo de fomentar a aprendizagem significativa nos territórios por meio das Vivências na Realidade do SUS no período de 2024 e 2025 no Brasil. A proposta política do VER-SUS, está respaldada pela Portaria GM/MS Nº 6.098 de dez/2024 que instituiu o Programa Nacional de Vivências no âmbito do SUS (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-6.098-de-16-de-dezembro-de-2024-602613067>). Baseia-se no reconhecimento da fragilidade da experimentação do trabalho no interior de serviços e a partir das redes de atenção nos territórios ao longo da formação em saúde. O desenvolvimento do VER-SUS ocorre por meio da mediação pedagógica e apoio operacional, a partir de iniciativas propostas localmente, com grande protagonismo dos estudantes, mas com estratégias organizativas planejadas e acompanhadas em conjunto com gestores, trabalhadores, docentes e movimentos sociais.

A metodologia utilizada é no formato de vivências de imersão para facilitadores e oficinas de planejamento e avaliação direcionados para estudantes de graduação e de ensino técnico, abrangendo também, em cada território, residências em saúde, docentes, trabalhadores e integrantes de movimentos sociais, que demonstrarem interesse em

conhecer mais sobre o SUS nas diferentes regiões do Brasil. As vivências ocorrerão durante o período de aproximadamente 7 (sete) a 10 (dez) dias, onde os viventes, acompanhados dos facilitadores, participarão das atividades, farão observações frente à realidade do Sistema Único de Saúde e demais serviços da rede de atenção, e realizarão discussões coletivas acerca das realidades encontradas, a fim de potencializar tanto a formação profissional, como a melhoria dos serviços de saúde.

Para alcançar o objetivo proposto no projeto, estão programadas as seguintes atividades: 1) Mobilização para a realização de iniciativas de Vivências e Estágios na Realidade do SUS em 2024 e 2025; e, 2) Realização de iniciativas de Vivências na Realidade do SUS em todas as regiões do Brasil em 2024 e 2025.

Os resultados esperados e os produtos previstos, interpretados como efeitos diretos do projeto, são: a) Mobilização dos estudantes e demais atores para que participem de espaços políticos de debates sobre educação e saúde, em especial, que sejam protagonistas em diferentes espaços de participação da sociedade e de controle social do SUS na construção de políticas sociais de melhoria de qualidade de vida da população; b) Incentivo aos processos de avaliação em saúde e formação para o trabalho, a partir da articulação das atuais Políticas, Programas e Projetos vigentes no Sistema Único de Saúde; c) Contribuição para a melhoria do acesso e da qualidade da rede de serviços a partir da apresentação dos cenários reais encontrados pelos estudantes nos diferentes municípios brasileiros; d) Fomento ao processo formativo por meio da aprendizagem significativa e da experimentação nos territórios, a fim de extrapolar os dispositivos temáticos e tecnicistas da formação em saúde.

Também neste período deu-se continuidade as seguintes cartas acordo:

* SCON2024-00149 –com a Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) para o desenvolvimento do projeto “Formação Médica para o Brasil: Onde Estamos e para Onde Vamos? Um Olhar Comprometido com a Responsabilidade Social no Século XXI”, que tem como objetivo qualificar indicadores, identificar experiências exitosas e formulações inovadoras, pactuar consensos e ampliar debates com os diferentes segmentos e atores implicados com a qualidade do ensino médico no Brasil, com vistas ao fortalecimento das Políticas Públicas neste campo, com ênfase nas questões da equidade e reponsabilidade social da formação profissional em saúde. As ações desenvolvidas neste período atendem parcialmente os resultados esperados 1, 2 e 4, bem como o alcance da totalidade do resultado esperado 3, quer seja a “revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais de graduação em Medicina”.

As principais ações realizadas foram aquelas voltadas para a ampliação da participação, construção e disseminação de conhecimento por meio das seguintes atividades: 1) duas Oficinas Nacionais, nove Oficinas Regionais, mobilizando mais de 800 participantes, entre gestores de curso, docentes, estudantes (graduação e residentes), representantes institucionais (SGTES/Ministério da Saúde, Ministério da Educação, OPAS, CONASEMS, COSEMS, Rede Unida, CRM, DENEM, UNA-SUS, AMB, EBSERH, SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, ABRAHUE) e equipe ABEM (Coordenação do projeto, Direção Nacional, Direções das Regionais, Coordenação Pedagógica, Secretaria). As datas das nove (9) Oficinas Regionais foram: Rio de Janeiro (dias 02 e 03/07); Brasília (dias 12 e 13/07); Curitiba (dias 18 e 19/07); Salvador (dias 30 e 31/07); Belo Horizonte (dias 01 e 02/08); Fortaleza (dias 06 e 07/08); Belém (13 e 14/08); Porto Alegre (15 e 16/08) e São Paulo (19 e 20/08); 2) participação da ABEM no Congresso da AMEE (The International Association for Health Professions Education); 3) disseminação do projeto no Congresso Brasileiro de Educação Médica (COBEM); 4) iniciativas do Teste de Progresso, promovido pela ABEM; 5) reuniões de Planejamento, Alinhamento, Acompanhamento e Assessoria ao Projeto.

Ressalta-se ainda, que a responsabilidade social da educação médica enquanto espaço de formação, pesquisa, assistência e extensão, articulando os conhecimentos científicos, os saberes das comunidades, as inovações tecnológicas, as demandas sociais e o desafio permanente do fortalecimento da democracia e da saúde como direito, orienta as ações da ABEM. Contribuindo para avaliação da qualidade do ensino médico a ABEM institui, no início do século XXI o Teste Progresso, formativo, externo, de caráter institucional, fundamentado pela aquisição progressiva de competências pelo estudante de medicina, ao longo da sua formação, que oportuniza uma auto avaliação da escola sobre a adequação do seu projeto pedagógico para atendimento às necessidades de saúde da população brasileira e a auto avaliação do estudante. Neste momento, onde o Brasil aproxima da marca de 400 escolas médicas e um conjunto de semelhante tamanho de processos judiciais, num processo acelerado e descontrolado de ampliação de escolas médicas aliado a carência de instrumentos de avaliação específicos e falta de clareza sobre os principais indicadores de qualidade para o ensino médico, se constitui numa necessidade contemporânea urgente rever critérios de avaliação de qualidade dos cursos considerando todos os sujeitos envolvidos.

* SCON2023-00277, firmado com o Centro de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CEPESC), para desenvolvimento do projeto “Diretrizes e Orientações para a Formação Profissional de Nível Técnico em Enfermagem” que tem como objetivo construir proposta de diretrizes e orientações para a formação profissional técnica de nível médio em enfermagem referenciada nos pressupostos do SUS, da educação permanente e da visão ampliada de competência profissional. Nesse período houve reuniões e oficinas onde sendo organizadas

metodologicamente em três fases: 1) diagnóstico da formação profissional técnica de nível médio em enfermagem no Brasil; 2) definição dos pressupostos teóricos, do perfil de competências e da estrutura curricular; 3) elaboração da proposta de diretrizes e orientações para a formação profissional técnica de nível médio em enfermagem.

As fases previstas no projeto aconteceram de forma concomitante, ao longo de seu processo de operacionalização. Nessa segunda fase, trabalharam na definição dos pressupostos teóricos, do perfil de competências e da estrutura curricular, considerada central para o objetivo geral do projeto. Abaixo seguem algumas atividades desenvolvidas:

- Discussão e planejamento sobre as oficinas presenciais e remotas;
- Definição das datas das oficinas presenciais e remotas;
- Definição dos participantes das oficinas presenciais e remotas (remotas ainda carecendo de ajustes);
- Realização de contatos com os participantes das oficinas presenciais;
- Elaboração e envio de convites para os participantes das oficinas presenciais;
- Reuniões remotas ordinárias semanais da equipe técnica;
- Reuniões remotas com a equipe técnica do Ministério da Saúde e com a equipe técnica do CEPESC;
- Elaboração e encaminhamento do segundo relatório técnico parcial.

Em novembro/24, foram apresentadas as novas diretrizes e orientações para Formação Técnica em Enfermagem durante o 19º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn) e, em dezembro/24, foram publicadas as diretrizes para formação técnica em enfermagem desenvolvidas pelo Ministério da Saúde em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn Nacional) e Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CEPESC/UERJ), além do apoio do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tecnico_enfermagem_diretrizes_orientacoes_formacao.pdf

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTEs e da OPAS desde a elaboração, efetivação e acompanhamento das ações. Importante destacar que o processo de elaboração de projetos e Termos de Referência, discutido previamente, tem permitido que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado tem por objetivo fortalecer as políticas de gestão da educação na saúde, por meio da promoção da melhoria da resolutividade e da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Neste semestre destaca-se a continuidade dos projetos voltados a educação médica, a formação de técnicos de enfermagem e a integração ensino, serviço e comunidade. o investimento na qualificação da educação médica no Brasil, bem como na da formação técnica em enfermagem. Também houve um avanço na implementação de ações voltadas as Residências em Área Profissional da Saúde, na integração ensino serviço comunidade por meio do PET Saúde e no apoio institucional as Escolas do SUS.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	TA3/RE4: Constituir ações, visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. %de instituições ativas na Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde do Brasil. 2. % de uso do Portal de Saúde Baseado em Evidencias do Ministério da Saúde.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Ter agenda sistemática de pesquisa para a tomada de decisões visando redirecionar a Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. 2. Fortalecer a produção de evidências aplicada à gestão descentralizada do trabalho e a da educação na saúde e a disseminação da produção de evidências no SUS na busca da qualificação dos processos de trabalho.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Neste período a Carta Acordo SCON2024-00237, deu continuidade as atividades de execução do projeto “Elaboração de Plano Diretor para a Área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde”, com objetivo de elaborar o Plano Diretor da área de Políticas, Planejamento e Gestão da Saúde no campo da Saúde Coletiva brasileira, definindo contribuições para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, que será coordenado tecnicamente pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Como uma das três áreas disciplinares que estruturam o campo da Saúde Coletiva, a área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde (PPGS) compreende conhecimentos e práticas voltados ao estudo e à crítica dos processos que envolvem o planejamento, a formulação, a gestão, a implementação e avaliação de políticas, sistemas, serviços e práticas de saúde.

Como atividade pré-congresso do 5º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde, que aconteceu em Fortaleza/CE, em 3 de novembro de 2024, aconteceu a II Oficina da Comissão de Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde (PPGS) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). A oficina abordou a importância do Plano Diretor da subárea Política, Planejamento e Gestão em Saúde (PPGS) que deve ser entendido como dispositivo de enredamento do campo, da prática de pesquisa correlata e de seus constituintes, como corpo político. Trata-se de um instrumento visando alimentar e retroalimentar a política. O movimento de construção do plano é necessário para amplificar a capacidade de trabalhar em rede, com vista para as respostas a serem construídas. Para isso, deve-se partir de um acúmulo proveniente de um resgate histórico, desde o início da organização da Saúde Coletiva como campo do conhecimento.

A primordialidade do Plano Diretor seria elaborar algo mais, substancial, constituindo-o enquanto instrumento fundamental para orientar a política do campo da saúde coletiva e da área de PPGS, assim como pensado e construído em prol do SUS. Deve ser substancial e proporcionar um tensionamento estratégico dentro da área, estimulando o uso da práxis das tecnologias/modelagens na resolução de problemáticas. Destaca-se que a oficina era uma continuidade do evento realizado no 13º Congresso de Saúde Coletiva da ABRASCO, em Salvador/BA no ano 2022, e parte fundamental de um plano de elaboração apoiado pela SGTES/MS e OPAS. Os objetivos se traduziram em pensar em um plano institucional estratégico para agregar mais pessoas e ampliar as análises, ainda preliminar. Foi apresentado um documento de análise de situação, esforço do trabalho no âmbito da comissão, como base para a discussão. Argumentou-se que o documento foi elaborado para contribuir com o coletivo para compreender, explicar e priorizar problemas.

Em seguida, o cronograma das atividades do Oficina foi apresentado e o grupo foi convidado a olhar os últimos 10 anos, considerando as contradições do presente, fruto dessa trajetória, diante das mudanças recentes nas políticas estratégicas. Foram disparados questionamentos para os GT: Qual o nosso projeto político com esse Plano Diretor? Para onde queremos ir? Como colocar em prática respostas concretas a essa conjuntura contraditória? Propõe-se pensar conjunturas, questões e proposições, com o entendimento que tempo de maturação é necessário. A metodologia permitiu que aproximadamente 80 participantes da oficina se direcionaram, voluntariamente, aos Grupos de Trabalho de cada Eixo (1- Ensino e formação em PPGS; 2- Pesquisa, desenvolvimento teórico- metodológico e iniciativas editoriais; 3- Políticas estratégicas e reconstrução do SUS) para qualificação da análise de situação e das proposições iniciais e encaminhamento do plano de trabalho para elaboração do Plano Diretor da área de PPGS.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTEs e da OPAS desde a elaboração e efetivação do projeto. Importante destacar que o processo de elaboração foi discutido previamente permitindo assim que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado tem como objetivo constituir ações visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS. O projeto em curso visa fortalecer a área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde (PPGS) compreende conhecimentos e práticas voltados ao estudo e à crítica dos processos que envolvem o planejamento, a formulação, a gestão, a implementação e avaliação de políticas, programas, sistemas, serviços e práticas de saúde. Essa área contribui também para o aprimoramento das atividades de ensino e de pesquisa, no âmbito teórico e metodológico, para a formação de quadros em Saúde Coletiva, incluindo, graduandos e pós graduandos stricto e lato sensu.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	5	TA3/RE5: Estabelecer mecanismos de cooperação internacional, visando à solução de problemas relacionados à formação, ao desenvolvimento profissional, à gestão e à regulação do trabalho em saúde, especialmente a solução de questões que envolvam os países do continente americano, os países de língua portuguesa e os países do hemisfério sul.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. % de projetos de cooperação internacional apoiados e desenvolvidos.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Fortalecer a participação e o intercambio do Brasil nos mecanismos de integração com agendas de gestão do trabalho e da educação na saúde. Promover a liderança técnica e o intercambio ativo do Brasil nas agendas regionais no campo de gestão do trabalho e da inovação.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Neste período foram realizadas as seguintes atividades coordenadas por HSS/OPAS:

* Reunión de Alto Nivel sobre Migración y Movilidad del Personal de Salud en la Región de las Américas, realizada na cidade de Washington DC, em outubro/2024, com a participação da SGTEs e AISA do MS e da OPAS Brasil. O evento

reuniu delegados de 14 países, juntamente com organizações internacionais e parceiros-chave, para abordar questões prementes em torno da migração e mobilidade dos profissionais de saúde e seu impacto nos países de origem e destino. Com contribuições de países da América Latina, Caribe, América do Norte e Europa, a reunião teve como objetivo compartilhar informações, promover o diálogo e identificar orientações estratégicas para lidar com a migração, escassez e desigualdades de profissionais de saúde, promovendo a colaboração para soluções sustentáveis. Ao final foram delineados próximos passos para orientar o desenvolvimento de um processo estruturado para lidar com as complexidades da migração de profissionais de saúde por meio do recrutamento ético, fortalecer o planejamento de RHS e melhorar a governança e a coerência das políticas em toda a região e além.

As orientações estratégicas propostas, bem como seus objetivos são as seguintes:

- 1 - Recrutamento ético e tratamento justo dos profissionais de saúde migrantes, com objetivo de incentivar os países a se comprometerem com práticas de recrutamento de profissionais de saúde que sigam os princípios do recrutamento ético, promovendo a justiça e a transparência entre os países de origem e destino;
- 2 - Priorizar o fortalecimento do planejamento de RHS nos países de origem e destino, com objetivo de fortalecer o planejamento e a capacitação da força de trabalho por meio do desenvolvimento e uso de recursos humanos abrangentes para sistemas de informação em saúde (HRHIS) e implementação das Contas Nacionais da Força de Trabalho em Saúde (NHWA), garantindo informações precisas e atualizadas para a tomada de decisões;
- 3 - Fortalecer a força de trabalho em saúde para alcançar sistemas de saúde resilientes, com objetivo de desenvolver e implementar estruturas colaborativas para fortalecer os sistemas de saúde com base na Estratégia de Atenção Primária à Saúde, com foco na retenção e capacitação para mitigar os impactos negativos da migração;
- 4 - Facilitar a migração circular, com objetivo de explorar e documentar as evidências e exemplos de migração circular de profissionais de saúde, incluindo a análise de caminhos para retornar aos países de origem, permitindo que eles tragam de volta habilidades e conhecimentos, mantendo a capacidade e promovendo o desenvolvimento global de habilidades;
- 5 - Colaboração regional e coerência das políticas, com objetivo de fortalecer a colaboração entre as Américas e com a Europa e outras regiões da OMS, para promover a adoção do Código e das políticas coerentes e harmonizadas, apoiando a mobilidade sustentável da força de trabalho em saúde e enfrentando os desafios compartilhados da migração.

* Workshop de Gestão da Qualidade Educacional do CVSP e Redes de Trabalho Colaborativo, realizada na Cidade do Panamá em novembro/24, com a participação do DEGES/SGTES/MS e da OPAS Brasil. Este evento teve como objetivos:

- a) Revisar, padronizar e validar os critérios de qualidade educacional do CVSP, em colaboração com instituições parceiras.
- b) Revisar a gestão de qualidade do CVSP, a luz de padrões internacionais;
- c) Identificar as oportunidades do CVSP para assegurar a qualidade educativa, através do acompanhamento das instituições sócias.
- d) Constituir o grupo assessor do CVSP;
- e) Revisar orientações estratégicas-chaves para a construção do plano de melhoria contínua do CVSP para o fortalecimento da qualidade educativa

As atividades centraram em revisar a gestão de qualidade educativa do CVSP, em conjunto com instituições responsáveis pelos Nodos nos países - Argentina, Brasil, Colômbia, México - e instituições sócias do CVSP e expertos da rede de instituições vinculadas ao trabalho com o CVSP, expertos de outros organismos das Nações Unidas e organismos multilaterais e Equipe Regional do CVSP - OIT, BID, UNESCO, WHO Academy, ASPPH e CVSP. Foi um importante espaço para potencializar o CVSP como estratégia de cooperação técnica, bem como dar visibilidade e possibilidade de troca de experiências dos Nodos países do CVSP. Também se destacou na programação a alta relevância que o CVSP dá a qualidade dos cursos quanto a estrutura e conhecimento.

Neste período deu-se continuidade a execução da carta acordo SCON2024-00067 com o Centro de Apoio à Escola de Enfermagem Universidade de São Paulo (CEAP-EE) para desenvolver o projeto “Monitoramento e avaliação da interprofissionalidade no trabalho e educação na saúde do Sistema Único de Saúde”, que tem como objetivo delinear as bases teórico conceitual e metodológicas de monitoramento e avaliação da interprofissionalidade no Sistema Único de Saúde, tendo em vista contribuir para efetividade do trabalho em equipe, da prática colaborativa e da educação interprofissional nos processos de gestão pública do trabalho e da educação na saúde.

As atividades desenvolvidas neste período foram a revisão bibliográfica sobre indicadores de interprofissionalidade e a revisão documental, as capacitações da equipe do projeto e a elaboração do modelo teórico lógico.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e acompanhamento das ações.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado propõe trabalhar processos técnico-políticos que exigem uma articulação internacional no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde garantindo maior sustentabilidade às intervenções e reforço da capacidade institucional, a partir da troca de experiências com outros países. As ações desenvolvidas neste período dão continuidade as ações iniciadas no primeiro semestre de 2024 posicionando a SGTES/MS nas discussões sobre a sua Força de Trabalho em Saúde e apresenta os avanços no atendimento de iniciativas importantes posto na política “Força de Trabalho em Saúde para 2030: Fortalecendo os Recursos Humanos em Saúde para alcançar Sistemas de Saúde Resilientes”.

6) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	6	TA3/RE6: Desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. Estudos e publicações elaboradas em conjunto e divulgadas.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Investigações e/ou estudos de caso relacionados a Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Inquéritos aplicados à amostra significativa de produção de documentos sobre as experiências e boas práticas da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Relatório anual das ações e experiências da cooperação.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		6

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Neste período foram desenvolvidas as seguintes atividades:

* Reinstalação da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde (CRTS) na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em Brasília. O encontro contou com a participação de representantes de diversas secretarias da pasta, dos conselhos federais da área da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Criada em 2004, a CRTS foi instituída com o objetivo de promover debates, elaborar manifestações técnicas e contribuir para a regulamentação das profissões e ocupações da saúde, tanto as já existentes quanto as recém-estabelecidas, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A Câmara foi desinstalada em 2019, por meio do Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu a maioria das comissões, comitês e grupos de trabalho voltados às políticas públicas entre órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Em 2024, a Câmara foi reinstalada, com a missão de regulamentar o trabalho na área da saúde, sendo coordenada pelo Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS), que atua no planejamento e execução das ações, em colaboração com órgãos governamentais e entidades profissionais, para garantir a convergência das normas jurídicas do setor. A CRTS tem como objetivo desenvolver atividades que promovam a segurança jurídica e a harmonização regulatória no campo da saúde. Entre suas competências, destacam-se a identificação de temas regulatórios abrangentes, a proposição de medidas legislativas e a mediação de conflitos entre órgãos e instituições públicas. A regulação do trabalho em saúde abrange um conjunto de normas que estabelecem diretrizes para o comportamento ético dos profissionais, a divisão de tarefas, as práticas rotineiras, bem como as relações e condições de trabalho na área. Essas normas podem ser originadas por leis, decretos, portarias, resoluções e decisões judiciais. Ao longo do semestre, ocorreram mais duas reuniões da CRTS, que discutiram pautas estratégicas para a formação e atuação em saúde, além de temas relevantes para a regulação do trabalho no setor, como a avaliação do impacto regulatório nos conselhos profissionais, a classificação das profissões e ocupações da saúde e os resultados do grupo de trabalho sobre a regulamentação da educação a distância;

* Apoio em novembro de 2024, os Seminários Regionais de Sensibilização para Instalação e Reinstalação das Mesas Estaduais de Negociação Permanente do SUS nas cinco regiões do Brasil. A ação, coordenada pela SGTES, teve como objetivo reestruturar o Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS (SINNP-SUS), uma rede composta pelo conjunto de mesas de negociação de níveis federal, estaduais, municipais e distrital, além de promover articulação e integração entre essas instâncias. Os seminários reuniram representantes dos estados que ainda não possuem mesas permanente de negociação, além de representantes de mesas estaduais já ativas. Os eventos incentivaram a criação ou reinstalação desses fóruns em estados onde eles ainda não estavam em funcionamento e o fortalecimento daqueles já ativos. Participaram dos encontros representantes de cada estado que não possui mesa de negociação, sendo dois da gestão e dois de entidades sindicais que integram os Conselhos Estaduais de Saúde, e dois representantes de cada Mesa Estadual ativa, sendo um da gestão e um da bancada dos trabalhadores.

A iniciativa contou com o apoio do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para implementar as ações de reinstalação das Mesas Estaduais de Negociação Permanente do SUS objetivo da SCON2024-00213. Os seminários representaram uma oportunidade para ampliar o diálogo entre diferentes atores do sistema de saúde e fortalecer a gestão do trabalho no SUS, de forma a garantir que as políticas voltadas para o trabalho na saúde sejam discutidas de forma integrada entre gestores e trabalhadores.

* Neste semestre, ocorreram as reuniões ordinárias e extraordinárias da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS). Durante essas reuniões, foram discutidos temas cruciais para o avanço do Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para os seguintes pontos:

- a) 89ª Reunião Ordinária da MNNP-SUS: Um dos temas abordados foi a contratação da saúde indígena, buscando melhorar o atendimento e as condições de saúde para as populações indígenas em todo o país.
- b) 91ª Reunião Ordinária da MNNP-SUS: Esta reunião teve como foco a avaliação dos seminários regionais de sensibilização realizados em novembro, que foram estratégicos para estimular a instalação, reinstalação e fortalecimento das Mesas de Negociação Permanente do SUS nos estados. Os seminários ocorreram nas regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, e tiveram grande impacto na conscientização e mobilização para a adesão ao Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS (SiNNP-SUS).

Entre os avanços observados, destacam-se os estados de Rio Grande do Norte, Amapá, Espírito Santo, Distrito Federal e Amazonas, que aderiram ao SiNNP-SUS. Em Goiás, embora o Conselho Estadual de Saúde tenha aprovado a resolução para adesão, a Secretaria de Estado da Saúde ainda não formalizou o termo, evidenciando a necessidade de maior empenho para concretizar esse processo. Essas reuniões, foram momentos chave para a construção de um SUS mais forte e integrado, e para garantir que as demandas de saúde sejam atendidas de forma eficiente e com a participação ativa de todos os entes envolvidos.

* Caravana do Piso da Enfermagem, uma iniciativa que visa promover a articulação com as instâncias de controle social e de deliberação do SUS. As reuniões aconteceram com Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartites (CIB), Conselhos Estaduais de Secretários Municipais de Saúde (Cosems), além de órgãos e entidades administrativas públicas, com o objetivo de atender às demandas dos estados, municípios e Distrito Federal, relacionadas à operacionalização e implementação do pagamento do piso salarial da enfermagem. O principal objetivo da Caravana é fornecer suporte aos entes federativos, oferecendo informações sobre o repasse da Assistência Complementar Financeira (AFC) da União, essencial para a efetivação do Piso Nacional da Enfermagem. A iniciativa também busca apoiar a implementação do piso em todo o território nacional, acolhendo demandas e esclarecendo dúvidas de profissionais responsáveis pelo preenchimento do sistema InvestSUS, além de capacitar os responsáveis pela inserção de dados no sistema. A metodologia da Caravana inclui rodas de conversa com técnicos(as) para orientação sobre o preenchimento do InvestSUS relacionado ao piso da enfermagem, bem como o agendamento e a participação em reuniões da CIB, Cosems e Conselhos Estaduais de Saúde. Nessas reuniões, busca-se promover o diálogo sobre a temática, priorizando o esclarecimento de dúvidas levantadas por estados e municípios. Essas ações têm como objetivo fortalecer a implementação do Piso Nacional da Enfermagem em todo o país.

* Comissão Nacional para Planejamento e Dimensionamento da Força de Trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde (CPDFT/SUS), instituída pela Portaria GM/MS nº 3.225, de 19 de março de 2024, tem como missão desenvolver estratégias e normativas para um planejamento mais eficaz da força de trabalho que atua na rede pública de saúde. Seu objetivo principal é propor e avaliar normas e estratégias gerenciais para o dimensionamento adequado da força de trabalho em saúde no SUS.

Neste semestre, com o apoio da cooperação, foram realizadas a 2ª e a 3ª Reuniões Ordinárias da CPDFT/SUS, nas quais foram discutidos diversos temas, incluindo as modalidades de contrato no mercado de trabalho e a necessidade de atualização da NR32, que trata da segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde, especialmente após a pandemia de Covid-19. Esse tema foi abordado à luz dos novos riscos e demandas enfrentados pelos profissionais de saúde. A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) tem implementado ações voltadas à qualificação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) no planejamento e dimensionamento

da força de trabalho em saúde. Em julho de 2024, foi anunciado um curso com duração de 10 meses, destinado a 675 trabalhadores do SUS, com o intuito de capacitá-los como multiplicadores de metodologias de planejamento e dimensionamento da força de trabalho em saúde em seus respectivos territórios. Para apoiar essa iniciativa, foram promovidos os "Encontros Presenciais do Curso de Planejamento e Dimensionamento da Força de Trabalho em Saúde no SUS". Esses eventos reuniram profissionais da saúde para discutir estratégias e práticas voltadas ao planejamento e dimensionamento da força de trabalho no SUS, abordando temas como:

- Perspectivas para o planejamento da força de trabalho em saúde;
- Desafios para atração, provimento, retenção e fixação de profissionais na Atenção Primária à Saúde;
- Suficiência regional de especialistas nas Redes de Atenção à Saúde;
- Saúde dos povos indígenas, interculturalidade e práticas sanitárias;
- Formação em saúde como estratégia para o planejamento da força de trabalho;
- Planejamento da força de trabalho em situações de emergências sanitárias;
- Desafios do acesso e uso de informações para gerar evidências sobre a força de trabalho. Com essas ações, a SGTES/MS busca aprimorar a gestão do trabalho no SUS, garantindo uma distribuição mais equitativa e eficiente dos recursos humanos na saúde.

* Comissão para Discussão e Elaboração de Propostas de Carreiras no Âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituída pela Portaria GM/SM nº 3.100, de 18 de janeiro de 2024. Seu principal objetivo é promover debates, estudos, pesquisas e diagnósticos que visem ao aprimoramento das carreiras no SUS. A formulação e adequação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de carreiras no âmbito do SUS contarão com o apoio de municípios, estados e Distrito Federal, respeitando suas respectivas competências e esferas de atuação.

Neste semestre, foi realizada a 4ª reunião da Comissão, cujo foco tem sido o desenvolvimento de estudos aprofundados e visitas aos territórios para avaliar a força de trabalho do SUS. A proposta é identificar as realidades dos entes federados, além de compreender a diversidade de modelos de gestão e vínculos trabalhistas adotados nas diversas regiões.

A análise dos planos estaduais de cargos, carreiras e salários foi conduzida com a colaboração de representantes dos estados. As legislações pertinentes também foram minuciosamente examinadas, abrangendo aspectos como a estrutura das carreiras, o desenvolvimento profissional (incluindo progressão e promoção), modalidades de ingresso, remuneração e gratificações.

A necessidade de estabelecer uma carreira no SUS tem sido amplamente reconhecida e foi aprovada em todas as Conferências Nacionais de Saúde, sendo ratificada na 17ª Conferência Nacional de Saúde. O Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº 715, de 20 de julho de 2023, defende a criação da Carreira Única Interfederativa, com financiamento tripartite, piso salarial nacional para todas as categorias profissionais, contratação exclusiva por concurso público, combate à terceirização, valorização dos trabalhadores da saúde e priorização daqueles que atuam diretamente nos territórios. Além disso, enfatiza a ampliação das políticas de educação permanente, atendendo às reais necessidades da população brasileira. Para implementar essas propostas, é essencial considerar elementos próprios da gestão pública, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. As análises realizadas pela comissão apontaram, por exemplo, que a maioria dos municípios enfrenta dificuldades para viabilizar a implementação de carreiras municipais.

* O Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança da Trabalhadora e do Trabalhador da Saúde (PNAIST/SUS) é uma iniciativa do Sistema Único de Saúde (SUS) que visa promover a saúde e segurança dos profissionais da saúde no Brasil. Nesse semestre foi realizada uma oficina nacional em Brasília para finalizar a elaboração do PNAIST/SUS. Durante o evento, foram discutidos diretrizes de saúde e segurança no SUS, incluindo dentre outros, saúde mental, atenção às trabalhadoras e aos trabalhadores do subsistema de saúde indígena, proteção à saúde e segurança de trabalhadoras e trabalhadores do SUS em situações de emergências em saúde pública, desastres, mudanças climáticas e acidentes de trabalho ampliados. O tema é apoiado pela SCON2023-00232.

* A cooperação apoiou oficinas de aprimoramento do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde dos estados. Dando continuidade ao processo das Oficinas Regionais Planejamento da Área de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde no SUS, que ocorreram nas cinco regiões do país. Essas oficinas são a continuidade do processo de realização do Curso Nacional de Planejamento da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SCON2023-00193) e a disponibilização do Guia de Planejamento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste período também é importante destacar a participação da SGTES nas seguintes atividades/eventos:

- I Fórum de Avaliação do Currículo de Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery, no Rio de

Janeiro/RJ;

- Encontro PET-Saúde Equidade UNEB e SMS do Salvador / ESPS;
- 16º Congresso Internacional da Rede Unida;
- Oficina de construção, revisão e finalização plano referente ao Plano Estadual da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Estado do Espírito Santo (PEGTES-ES);
- Encontro estadual da Gestão do Trabalho e a Educação na Saúde;
- 5ª Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM);
- Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados;
- 14º Encontro Nacional de Residência em Saúde (ENRS), na cidade de Belém/PA;
- Oficina de Trabalho do Curso de Especialização em Preceptoría em Educação Profissional Técnica no SUS;
- 70º Conselho de Entidades Gerais da UNE, realizada em São Paulo/SP;
- Oficina do Projeto de Formação de Educadoras e Educadores Populares de Saúde na Amazônia Legal e Pantanal Sul Mato-Grossense;
- Visita técnica ao DSEI Yanomami, no âmbito do Grupo Executivo de Apoio a Saúde Indígena;
- 5º Encontro Estadual de Pessoas Trans – Direitos Humanos e Prevenção as IST/AIDS de Roraima;
- Evento do Projeto DGPSUS;
- Formação dos Educadores Populares em Saúde (AgPopSUS);
- 7ª Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM);
- CONSIDRACS/NE II BA 2024 - Congresso dos ACS e ACE;
- Tratamento da Malária e Manejo clínico para malária grave”, destinado aos profissionais de saúde do Dsei Yanomami
- Reunião para elaboração da proposta do Plano de Ação para o “Programa +Saúde para a Amazônia Legal”, realizado em Belém/PA;
- 19º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem – SENADEn, 16º SINADEN e 4º COBESM;
- Oficina de Trabalho da SGTES e da SAES sobre Provimento – Mais Especialistas;
- XVIII Colóquio Pan-Americano de Pesquisa em Enfermagem;
- Estratégias de formação para a atenção especializada no SUS;
- VIII Simpósio do CEBES;
- Acompanhamento e a Cobertura da Reunião dos Prefeitos;
- 5º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde da ABRASCO;
- Reunião da SGTES e SAES e da Reunião do GT Mais Especialistas;
- X Congresso Brasileiro de Educação em Fisioterapia e do XXXIII Fórum Nacional de Ensino em Fisioterapia;
- Lançamento do Projeto de Extensão Equidade com Trabalhadores do SUS e da Oficina de Equidade Norte;
- 1º Encontro Regional Norte Grupo COMCIL - Comunidade Cidadã Livre REDE/RNTTHP;

- Oficina de Equidade Regional do Norte;
- Encontro Nacional RedEscola 2024
- Reuniões Ordinária do Grupo de Trabalho de Práticas Avançadas de Enfermagem no Brasil (GT-PAE);
- Fórum Permanente da Sociedade Civil Marajoara;
- Encontro de Resultados DSEI Yanomami 2024;
- Oficina Regional Sudeste/Centro/Oeste do Projeto “Interculturalidade na Formação de Profissionais de Saúde para o SUS”;
- IV Encontro Estadual da Rede Saúde Escola, IV Mostra de Educação Permanente em Saúde, II Seminário Cearense de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em Fortaleza/CE.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes
Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado tem como objetivo desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS por meio de apoio institucional e mobilização nos territórios para implementação da política, programas e projetos em execução. A realização do apoio institucional aos estados e a mobilização dos territórios referente aos projetos e programas em implementação pela SGTES que estruturam a política de Gestão do Trabalho e da Educação na saúde tem mobilizado a participação da SGTES em eventos que tratam de importantes temas deste campo de atuação.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	0	0	0	0%
2	1	1	0	100%
3	1	1	0	100%
4	2	2	0	100%
5	1	1	0	100%
6	6	6	0	100%
Total:	11	11	0	100%

5. RESUMO ANUAL

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTA

Avaliação geral das ações programadas no ano				
Situação do projeto	1º semestre de 2024		2º semestre de 2024	Anual 2024
Nº total de RE com ações programadas no período	5		5	5/5
Nº total de ações programadas	13		11	24
Nº total de ações finalizadas	10		11	21

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1/1	0	0	0	0%
2/2	4	2	0	66%
3/3	3	2	0	75%
4/4	3	3	0	100%
5/5	2	2	0	100%
6/6	12	12	0	100%
Total:	24	21	0	88%

5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O Termo de Cooperação 102 inicia dando continuidade ao cumprimento de diversas diretrizes do Plano Nacional de Saúde 2016-2019 (PNS), bem como para com os pontos previstos no Plano Estratégico da OPAS/BRA 2014-2019 (PE) de forma direta e indireta. Cada resultado esperado foi aprimorado para fazer uma reflexão específica sobre a contribuição desse resultado com cada ponto do planejamento do país bem como da OPAS/BRA.

Em seguimento as atividades em desenvolvimento, é importante ressaltar que em relação ao PNS 2024-2027, o objetivo estratégico ao qual a SGTES/MS está relacionada é o de número 07: “Aprimorar o cuidado à saúde, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde, e intensificar a incorporação da inovação e da saúde digital e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais”. As metas da SGTES neste objetivo são:

- Ampliar o percentual de categorias profissionais com demografias concluídas;
- Ampliar o número de instrumentos de planejamento e dimensionamento da força de trabalho no âmbito do SUS validados.
- Ampliar o percentual de Mesas Estaduais e Municipais de Negociação Permanente do SUS aderidas ao Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS (SiNNP-SUS).
- Ampliar o número de gestores/trabalhadores certificados na área da gestão do trabalho no âmbito do SUS.
- Ampliar o percentual de estados que implantaram o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança da Trabalhadora e do Trabalhador do SUS (PNAIST/SUS)
- Ampliar a instituição dos espaços colegiados para fortalecer a gestão e a regulação do trabalho em saúde.
- Fomentar a produção científica na área da gestão e regulação do trabalho na saúde.
- Ampliar o número de qualificações de trabalhadores, gestores, estudantes e usuários em temas da área da saúde prioritários para o SUS.
- Ampliar o número de bolsas financiadas do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-SAÚDE).

Destaca-se que a cooperação técnica tem trabalhado fortemente para o cumprimento das metas, que traduz em atividades que estão em pleno desenvolvimento neste 1º semestre de 2024. Dando suporte a todo este trabalho ressalta-se também que neste período foram publicadas as seguintes portarias:

- * Portaria GM/SM nº 3.100, de 18 de janeiro de 2024, que instituiu a Comissão para Discussão e Elaboração de Proposta de Carreiras (CDEPCA/SUS) <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/sm-n-3.100-de-18-de-janeiro-de-2024-538362226>
- * Portaria GM/MS 3.225, de 19 de março de 2024, que instituiu a Comissão Nacional para Planejamento e Dimensionamento da Força de Trabalho no Sistema Único de Saúde (CPDFT-SUS), <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.225-de-19-de-marco-de-2024-549312395> ;
- * Portaria nº 3.115, de 23 de janeiro de 2024, que instituiu o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora do Sistema Único de Saúde (Pnaist/SUS) - <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.115-de-23-de-janeiro-de-2024-539362936>

Em relação ao PE 2020-2025 da OPAS/BRA, temos o Resultado intermediário (RIT) 7. Força de trabalho em saúde: Disponibilidade e distribuição adequadas de profissionais de saúde competentes. Medido através do indicador:

- * 7.b Número de países e territórios que têm uma equipe de saúde interprofissional no primeiro nível de atenção, de forma compatível com seu modelo de atenção.

Para alcançar este resultado intermediário é importante: a) Fortalecer e consolidar a governança e a liderança em recursos humanos em saúde (RHS), passando pela gestão descentralizada e por uma visão transdisciplinar do trabalho em equipe. b) Desenvolver as condições e capacidades relacionadas aos RHS para ampliar o acesso à saúde e a cobertura de saúde, com equidade e qualidade, elaborando instrumentos para monitorar e avaliar o desempenho dos profissionais de saúde, explorando estratégias para aumentar a motivação e o envolvimento dos trabalhadores da saúde e promovendo o desenvolvimento de uma força de trabalho bem capacitada. c) Estabelecer parcerias com o setor da educação para atender as necessidades qualitativas e quantitativas dos sistemas de saúde na transição para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde.

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A consistência técnica da cooperação entre a OPAS/BRA e MS na área de fortalecimento dos recursos humanos em saúde no país, nos últimos 20 anos, facilitou a abordagem técnica da área, permitindo interações com outras unidades e a relação com as contrapartes das três esferas de governo.

O planejamento e acompanhamento do PTA 2024 pelas equipes técnicas da SGTES/MS e OPAS/BRA tem apresentado melhoras nos avanços da execução das atividades e cumprimento das metas programadas.

Segue sendo um desafio ajustar os tempos administrativos às necessidades técnicas e políticas, em referência aos processos de elaboração e revisão de TR para projetos e eventos, emissão de pareceres técnicos, entre outros aspectos que permitem a continuidade das atividades programadas.

Em todo o momento da execução se faz necessário a tentativa de agilizar o andamento dos acordos técnicos programados nos planos de trabalho. Isso implica em realizar, de forma conjunta e continuada entre SGTES/MS e OPAS\BRA, uma análise aprofundada sobre a melhor forma de aplicar e de harmonizar processos e instrumentos técnico administrativos da cooperação técnica entre a Organização e a contraparte nacional.

5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 24044682.45
Recursos desembolsados:	US\$ 19591291.52
Pendente de pagamento:	US\$ 4005178.32
Saldo:	US\$ 448212.61